

A Independência da Guiné-Bissau

Regimes Políticos da Guiné-Bissau - Os dois primeiros Governos Provisórios de Portugal cumpriram a promessa de reconhecimento da República da Guiné-Bissau. Foi o adeus a uma província que era sempre a madrasta do Império Colonial, não fosse ela a mais pequena e a mais pobre das províncias em guerra.

O facto de apenas existir um movimento de libertação – o PAIGC – tornou mais fácil chegar a um entendimento entre as entidades portuguesas e aquele movimento para, no fundo, aquelas reconhecerem a independência que já tinha sido unilateralmente declarada em 24 de Setembro de 1973. Após esta data, não faltaram países a reconhecerem o novo Estado: até ao final daquele ano, foram cerca de 40 e, em 31 de Maio de 1974, eram já 84.

O 10 de Setembro de 1974 marca, assim, o início do rumo político de um novo Estado, deixado agora totalmente nas mãos do povo guineense, melhor dizendo, na mãos dos dirigentes políticos guineenses. Embora para estes, o dia efectivo da independência seja o 24 de Setembro de 1973.

A Guiné-Bissau, desde então totalmente independente e administrada por mãos próprias, teve ao longo destes 34 anos muitas metamorfoses políticas que lhe proporcionaram grandes e graves contratempos para a consolidação da democracia, estabilidade política e desenvolvimento sócio-económico.

Alguns anos sem eleições e com um sistema de partido único, depois golpes de Estado frequentes, a Guiné-Bissau acabou por “oferecer” ao seu povo graves desentendimentos políticos que só trouxeram desordens, pouco desenvolvimento e mais pobreza. De tal forma que muitos guineenses passaram a manifestar saudades do tempo em que os portugueses, apesar da nefasta guerra, distribuíam alimentação (arroz e outros produtos) em todo o território e apoiavam as populações que o desejassem, não só nas cidades e vilas, mas também nos locais mais recônditos onde existissem Tabancas. Mas para o bem e para o mal, a independência foi a independência política para todos os efeitos. Para isso lutaram durante muitos anos, sob a égide de Amílcar Cabral que não assistiu ao acto que mais ansiava: a Independência da Guiné-Bissau. Se não tivesse acontecido a fatalidade da sua morte, o destino político do novo Estado teria seguramente seguido outro rumo com menos instabilidade, porque ele representava, pelo menos aparentemente, a unidade do PAIGC na luta pelo ideal nacionalista do povo guinéu.

Se tivermos em conta a perspectiva histórica, meramente política, podemos dividir o tempo que decorreu desde a independência da Guiné-Bissau até ao ano de 2009, inclusive, em dois períodos:

- O primeiro abrange o «Regime de Partido Único», que vai desde a Independência/reconhecimento (1973/74), até meados de 1994;
- O segundo abrange o «Regime do Multipartidarismo», que decorre desde meados de 1994 até ao ano de 2009. Digo 2009, porque este trabalho não vai além deste último ano.

Esta divisão tem relevante importância que advém do facto de a Guiné-Bissau ter levado cerca de 20 anos até realizar eleições a que concorreram várias forças políticas.

Mas também facilita o respectivo enquadramento histórico, face aos acontecimentos mais relevantes entretanto ocorridos naquele novo país.

Período do «Regime de Partido Único», 1973/74 a meados de 1994 - Pese embora as organizações políticas criadas para lutarem pela independência, foi o PAIGC que teve a hegemonia da luta, quase sem concorrentes políticos no empreendimento armado que lutou contra o colonialismo português.

Organizado em Comitês de Tabanca, no campo, e em Comitês de Bairro, nas cidades, o PAIGC tinha os ingredientes organizativos em células activas para a dinamização local em permanente contacto com as populações. Estruturas que eram coordenadas por uma estrutura a nível de cada região, que, por sua vez, estava dependente de outra a nível nacional.

O princípio orientador da sua estrutura orgânica era baseado no «Centralismo Democrático», com direcção colectiva. Como foi o PAIGC que criou o Estado, então o partido tinha supremacia a este. Era o partido que dirigia a sociedade e o Estado.

A morte de Amílcar Cabral ditou a ascensão de Aristides Pereira ao cargo de Secretário-Geral, aquando do II Congresso, realizado nos dias 18 a 22 de Julho de 1973 em Madina do Boé.

Aristides Pereira



Quando em Novembro de 1977 se realizou, em Bissau, o III Congresso, o PAIGC definiu a sua política como “democracia nacional revolucionária”, conduzindo a uma política assente na unidade nacional e sem classes sociais estratificada e adoptou uma estratégia de desenvolvimento baseada no sector primário, com relevo para a agricultura que, no fundo, de sempre foi o sector base durante os longos anos do colonialismo. Mas não descorando a modernização da indústria do país.

Por seu lado, a proclamação unilateral da independência, declarada no dia 24 de Setembro daquele mesmo ano pela I Assembleia Nacional Popular – que tinha sido eleita nos finais de 1972 - levou Luís Cabral a presidente do Conselho de Estado, por eleição deste, na sequência da realização daquela I Assembleia.



Com o reconhecimento por Portugal da independência da Guiné-Bissau, Luís Cabral manteve-se como presidente do Conselho de Estado, tendo sido, por isso, o primeiro Presidente da República até 14 de Novembro de 1980, data em que Nino Vieira o depôs por via de um golpe de Estado.

Luís Cabral

Durante o seu mandato, Luís Cabral desenvolveu uma política externa de aproximação a Portugal, aonde se deslocou oficialmente para conversações no âmbito da cooperação institucional.

O acordo geral de cooperação e amizade entre Portugal e a Guiné-Bissau data de 11 de Junho de 1975, em que é reconhecida a existência de “especiais laços de amizade e solidariedade entre os respectivos povos”, o que determinou uma “política comum de cooperação com vista a reforçar esses laços”. Este acordo geral apenas indica as formas de cooperação recíproca nos vários campos, tais como o financeiro, económico, técnico, científico, cultural, judicial, diplomático e consular. Mas a definição concreta desta cooperação seria estabelecida por diversos acordos especiais.

Portugal comprometeu-se, dentro das suas possibilidades, a “cooperar no processo de desenvolvimento científico e técnico da Guiné-Bissau, pondo à sua disposição pessoas e entidades qualificadas e meios adequados; contribuindo para a formação de quadros guineenses; participando na criação e desenvolvimento de centros de ensino e formação, e de organismos científicos e técnicos; e finalmente facilitando o acesso dos cidadãos da Guiné-Bissau aos estabelecimentos de ensino e formação profissional”¹⁵⁷

A cooperação continuou com os governos portugueses eleitos, nomeadamente com a tomada de posse do I Governo, no dia 23 de Julho de 1976, dirigido pelo Dr. Mário Soares, na sequência do Partido Socialista ter ganho as primeiras eleições legislativas em Portugal, realizadas no dia 25 de Abril daquele ano.

A prova do bom entendimento entre Portugal e a Guiné-Bissau foi o que aconteceu em Janeiro de 1978 com a visita a Portugal de Luís Cabral, Chefe de Estado da Guiné-Bissau – o primeiro Chefe de Estado de uma antiga colónia portuguesa a visitar Portugal. Foi a primeira viagem oficial que, naquela qualidade, efectuou a Portugal, tendo a visita constituído “um conteúdo histórico especial em que a amizade e a solidariedade entre os dois povos, bem como o aproveitamento de tudo quanto o passado comum teve de útil permitem actualmente o desenvolvimento de relações seguras entre ambos os países (...) as relações entre os dois países são um facto de consolidação da independência da Guiné-Bissau” Também reconheceu os “propósitos não neo-colonialistas de Portugal, o seu conhecimento da nossa terra e a grande eficácia dos técnicos portugueses”¹⁵⁸.

O Chefe de Estado da Guiné-Bissau durante a visita oficial a Portugal,
com o Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares
In «Portugal Divulgação» nº 2, Março/Abril 1978



Luís Cabral aproveitou a visita oficial para promover o reforço da cooperação luso-guineense, fazendo-se acompanhar de uma importante comitiva, nomeadamente pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, da Educação, da Saúde e da Informação. Manteve conversações com autoridades políticas e militares, nomeadamente com o Primeiro-Ministro e com o chefe do Estado Maior da Armada, e efectuou diversas visitas (estabelecimentos de ensino e saúde pública) e “assistiu a uma sessão da

¹⁵⁷ In «Portugal Divulgação», nº 8, Março/Abril 1979. Publicação bimestral da Direcção-Geral da Divulgação – Ministério da Comunicação Social.

¹⁵⁸ Declarações produzidas na sessão inaugural da Assembleia Nacional Popular, realizada no dia 10 de Maio de 1978.

Assembleia da República, cujos deputados aprovaram, por unanimidade, um voto de saudação à Guiné-Bissau e ao seu presidente. Este aproveitou a sua presença na nossa capital para visitar os lugares frequentados por seu irmão Amílcar Cabral, o fundador do PAIGC, durante longo tempo em que viveu, trabalhou e estudou em Lisboa, tendo nomeadamente presidido a uma sessão efectuada no Instituto Superior de Agronomia em memória daquele dirigente africano”¹⁵⁹



Nos encontros com as autoridades portuguesas, foi acordado um reforço da cooperação em vários sectores: pescas, ensino, transportes, comunicação, saúde e forças armadas.

Entre Ramalho Eanes e Luís Cabral foi reconhecida a vantagem de estender a cooperação a outros sectores de actividade, na base do respeito mútuo, igualdade de direitos e reciprocidade de vantagens, numa maior divulgação da língua portuguesa no mundo.

Visita de Ramalho Eanes à Guiné-Bissau, de 20 a 25 de Fevereiro de 1979
In «Portugal Divulgação», nº 7 Janeiro/Fevereiro 1979

A política externa do Presidente da Guiné-Bissau não se limitou a garantir a cooperação do seu país com Portugal. Também fez visitas diplomáticas à França e a Cuba, bem como procurou uma aproximação entre Angola e Portugal ao convidar o Presidente da República portuguesa, General Ramalho Eanes, e o Presidente da República Popular de Angola, Dr. António Agostinho Neto, para um encontro em Bissau, realizado de 24 a 26 de Junho de 1978. Ao encontro também participaram os respectivos Ministros dos Negócios estrangeiros e delegações de ambos os países, tendo sido divulgado um comunicado no final do encontro, em que ambos os presidentes (de Portugal e de Angola) reiteraram “a sua plena confiança no reforço da amizade entre o povo português e o povo angolano”¹⁶⁰

Retribuindo a visita de Luís Cabral a Portugal e a convite deste, deslocou-se oficialmente à Guiné-Bissau, de 20 a 25 Fevereiro de 1979, o Presidente da República de Portugal, General Ramalho Eanes. Cerca de quatro anos após o reconhecimento da independência, esta visita foi a primeira efectuada oficialmente à Guiné-Bissau pelo Chefe de Estado português, o que traduziu um momento histórico, até pelas seguintes palavras:

“Vim trazer à Guiné-Bissau, como representante legítimo do povo português, a sua mensagem de confiança neste reencontro de dois povos e duas nações que, vencendo as distâncias e os conflitos, souberam criar imperecíveis vínculos de fraternidade”¹⁶¹.

Por sua vez, o Presidente da Guiné-Bissau afirmou a “enorme satisfação e orgulho que sente o nosso povo em receber o primeiro dirigente do povo português, orgulho que é particularmente sentido pelos combatentes da liberdade, que com sacrifício e certeza ilimitada na justiça da nossa causa, conquistaram a liberdade e a independência”¹⁶².

A cidade de Bissau e o trajecto até ao aeroporto de Bissalanca foram engalanados para receber o Chefe de Estado português, não faltando as danças tradicionais da Guiné. Até o batalhão das Forças Armadas guineenses que, no aeroporto, prestou

¹⁵⁹ In «Portugal Divulgação», nº 1, Janeiro/Fevereiro 1978. Publicação bimestral da Direcção-Geral da Divulgação – Secretaria de Estado da Comunicação Social.

¹⁶⁰ In «Portugal Divulgação», nº 3, Maio/Junho 1978. Publicação bimestral da Direcção-Geral da Divulgação – Secretaria de Estado da Comunicação Social.

¹⁶¹ In «Portugal Divulgação», nº 7, Janeiro/Fevereiro 1979. Publicação bimestral da Direcção-Geral da Divulgação – Ministério da Comunicação Social.

¹⁶² In «Diário de Notícias»-Madeira, 20/02/1979.

honras militares a Ramalho Eanes, usou, pela primeira vez, uniformes de gala que, pouco tempo antes, tinham sido fornecidos por Portugal, “como parte de uma volumosa encomenda feita às Oficinas Gerais de Fardamento”¹⁶³.

Para além de Bissau, Ramalho Eanes visitou várias localidades, tais como Cachungo (ex-Teixeira Pinto), Cacheu, Gabu (ex-Nova Lamego), Bafatá, Bubaque e Madina de Boé. Nesta última região, o Presidente português visitou a primeira sede do Governo da República da Guiné-Bissau, onde estava uma faixa com a seguinte inscrição:

SENHOR PRESIDENTE, SEJA BEM VINDO À PRIMEIRA SEDE DO GOVERNO
DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Esta visita serviu também para a assinatura de acordos de cooperação, tendo sido inaugurado o «Centro Cultural Português», em Bissau.

Amílcar Cabral não foi esquecido por Ramalho Eanes. Este ofereceu uma placa que foi colocada na casa onde o fundador do PAIGC nasceu – em Bafatá – com os seguintes dizeres:

A
AMÍLCAR CABRAL,
FUNDADOR DA NACIONALIDADE,
AO SEU HUMANISMO UNIVERSALISTA
DE RAIZ GUINEENSE E PORTUGUESA.
HOMENAGEM DE PORTUGAL
E DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA PORTUGUESA.

FEVEREIRO DE 1979

Placa em cobre oferecida por Ramalho Eanes



Na data desta visita, Ramalho Eanes foi o décimo Chefe de Estado estrangeiro a visitar a Guiné-Bissau, desde 1974. Os restantes Chefes de Estado foram, segundo uma ordem cronológica, os seguintes: Siad Barre (Somália), Ould Daddah (Mauritânia), William Tolbert (Libéria), Leopold Senghor (Senegal), Dawda Jawara (Gâmbia), Agostinho Neto (Angola), Samora Machel (Moçambique), Julius Nyerere (Tanzânia) e Seyni Kountche (Niger).

Cooperação Internacional - Entre Portugal e a Guiné-Bissau foram assinados cerca de três dezenas de acordos sectoriais, de entre os mais importantes destacam-se:

- Acordo de Cooperação Científica e Técnica;
- Acordo de Cooperação do Domínio do Ensino e Formação Profissional;
- Acordo Cultural;

¹⁶³ Idem.

- Acordo de Cooperação no Domínio do desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança da Navegação;
- Acordo de Cooperação no Domínio da Saúde;
- Acordo de Cooperação para Financiamento de Acções no Domínio do Ensino;
- Acordo de Cooperação Consular;
- Acordo de Cooperação sobre Migração;
- Acordo de Cooperação sobre Comunicação Social.

Para a concretização da cooperação cultural e afins, foi inaugurado em Fevereiro de 1979 o Centro Cultural Português, que está instalado junto da Embaixada de Portugal, em Bissau. Com uma área de 340 metros quadrados, está dividido em dois blocos, destinando-se um a aulas e outro a bibliotecas.

Quanto aos cooperantes portugueses, em Abril de 1979, eram 131, dos quais 101 eram professores, seguindo-se 4 técnicos na aviação comercial (TAGB – Transportes Aéreos da Guiné-Bissau), 3 economistas, 3 jornalistas, 2 médicos, 2 contabilistas, 2 coordenadores pedagógicos, 1 juiz conselheiro, 1 jurista, 1 técnico projectista, 1 director técnico, 1 engenheiro técnico agrário, 1 meteorologista, 1 enfermeiro, 1 arquitecto, 1 engenheiro técnico, 1 técnico de off-set, 1 técnico de máquinas IBM, 1 chefe geral das oficinas de Imprensa, 1 preparadora de laboratório de Bacteriologia de Alimentos¹⁶⁴.

No início do ano de 1983, viviam na Guiné-Bissau cerca de 100 cooperantes portugueses, muitos deles viviam com a sua família.

Em Agosto de 1980, o Presidente Luís Cabral voltou a Portugal para uma curta visita privada, tendo sido acelerado o seu regresso a Bissau, sem ter havido, na altura, qualquer explicação. Percebeu-se, depois, que a situação política na Guiné-Bissau não estava de boa saúde. O que aconteceu, três meses depois, foi um golpe de Estado desencadeado por Nino Vieira.

Em 1986 começou um período menos bom no relacionamento entre a Guiné-Bissau e Portugal no domínio das pescas, especialmente depois da extinção da empresa mista Guipeixe, formada por empresários portugueses e pelo Estado guineense, e ainda devido ao apresamento de 6 barcos de pesca portugueses, em Outubro de 1987 e de um barco em Janeiro de 1989. Apesar daquele período conturbado, as relações bilaterais voltaram à normalidade, tendo havido apoios portugueses no financiamento, a fundo perdido, para a construção do edifício da Secretaria de Estado das Pescas da Guiné, bem como três investigações nas pescas pelo navio Noruega do Instituto Nacional de Investigação das Pescas e cursos de formação profissional ministrados pela Escola Portuguesa de Pescas, em Lisboa e em Bissau. Ainda neste domínio, Portugal ofereceu o projecto da Escola de Pescas de Cacheu, no valor de 16 mil contos.

Em Novembro de 1989, foi constituída uma empresa mista de pescas – a Guipal – que tinha como sócios o grupo Salvador Caetano, a empresa Tertir, a Sociedade Soares da Costa e um empresário privado guineense. Também, em Fevereiro de 1990, o Instituto de Participações do Estado (IPE), de Portugal, associado a empresários privados portugueses e guineenses, criaram a empresa Guiné-Pescas, tendo sido inauguradas as suas instalações em Junho de 1991. Nesta última data, Portugal detinha um terço do total das licenças de pesca atribuídas pela Guiné-Bissau aos países da então CEE,

¹⁶⁴ In «Portugal Divulgação», nº 8, Março/Abril 1979. Publicação bimestral da Direcção-Geral da Divulgação – Ministério da Comunicação Social.

pescando com 18 navios sedeados em portos portugueses e mais 8 barcos das empresas mistas portuguesas/guineenses.

Em 1991, foi celebrado um acordo de exploração do porto de Bissau com a empresa portuguesa Tertir, criando a empresa Guiport. Mas, inesperadamente, esta empresa foi surpreendida com a decisão, no início de Setembro de 1999, do Governo de Francisco Fadul de afastar a Tertir da administração daquele porto. O fundamento do Governo de Bissau teria a ver com a falta de equipamentos adequados ao movimento do porto e avaria constante dos existentes, falta de rebocador no porto e baixo nível de qualificação do pessoal.

Em Agosto de 1995, Portugal e Guiné-Bissau deram mais um passo significativo no domínio da cooperação entre os dois países, ao realizarem uma reunião preparatória da VII Comissão Mista de Cooperação Permanente Luso-Guineense, que decorreu em Bissau, de 7 a 11 de Agosto daquele ano. Foram definidas as linhas de orientação para o triénio 1995/1996, 1996/1997 e 1997/1998.

Jaime Gama com Ansumane Mané, em 1998
In «VISÃO», 03/08/2000



A cooperação portuguesa tinha a ver com o reforço da implantação da língua portuguesa, nas áreas da Saúde, Cultura, Justiça, Ambiente, Agricultura, Comunicação Social, Finanças, Ordenamento do Território, Defesa e Administração Interna

No dia 27 de Julho de 2000, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, e o seu homólogo guineense, Mamadú Iaiá Djaló, assinaram o Programa Indicativo de Cooperação 2000-2002, que representava uma ajuda portuguesa em cerca de oito milhões de contos, em vários domínios. Jaime Gama, ao despedir-se de Bissau afirmou que a “Guiné-Bissau vai ser um caso de sucesso em África”.

Apoio de Portugal à Guiné-Bissau em 2000/2002

Em milhões de contos	
Sectores	Valor
Educação	1.350
Saúde	470
Apoio institucional	1.080
Protecção e promoção do emprego	130
Cultura, Juventude e Desporto	420
Apoio à actividade empresarial	1.970
Agricultura, pescas e ambiente	340
Comércio e Turismo	260
Intermunicipal	90
Ajuda humanitária	150
Transportes e Comunicações	800
Acções relacionadas com a dívida	1.000
Total	8.060

Fonte: Instituto da Cooperação Portuguesa

As ajudas à Guiné-Bissau por parte de Portugal continuaram activas, nos mais diversos sectores. Foi o que aconteceu no dia 7 de Agosto de 2006 ao terem sido oferecidas 11.000 redes mosquiteiras, entregues à Caritas de Bissau, destinadas a apoiar as populações mais desfavorecidas no combate à malária. Este apoio integrou-se nos esforços de concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no sector da saúde.

Tendo em vista concretizar um Programa Nacional de Luta Contra a Lepra e Tuberculose, a Fundação Calouste Gulbenkian coopera com a Guiné-Bissau no recrutamento de pessoas para a assistência técnica naquela área.

A cooperação económico-social também foi e é uma realidade na Guiné-Bissau, por parte de organizações não governamentais, como é o caso da AMI-Assistência Médica Internacional, que começou aí a operar em 1987, continuando a desenvolver acções em projectos na área da saúde e noutras formas de desenvolvimento comunitário.

Em 1991, a CEE, então com 12 Estados membros, tinha uma delegação em Bissau para coordenar avultados apoios nos domínios agrícola, industrial, comunicações, formação técnico-profissional, gestão hospitalar e administração. Estes apoios estavam previstos no quadro de cooperação entre a CEE e a Convenção de Lomé a 70 países da África, Caraíbas e Pacífico. Também foi celebrado um acordo de pesca que a Guiné-Bissau pretendeu revê-lo em 2007.

Mais recentemente, depois de, em Novembro de 2006, a Guiné-Bissau ter apresentado à UE uma estratégia nacional de segurança, a União Europeia, em Outubro de 2007, enviou uma missão àquele país para se inteirar dos problemas no domínio da defesa e segurança. Por sua vez, em Novembro de 2007, o Conselho Europeu considerou que uma acção da política europeia de segurança e defesa naquele país seria um meio adequado de auxílio, dadas as deficiências estruturais existentes. Nesse sentido, a Acção Comum 2008/112/PESC do Conselho, de 12 de Fevereiro de 2008, estabeleceu uma Missão da UE de apoio à reforma do sector da segurança, a qual compreendeu uma fase preparatória com início em 26 de Fevereiro daquele ano e com uma fase de execução com início a 1 de Maio também de 2008.

Por fim, pela Decisão 2008/669/PESC do Conselho, de 16 de Junho de 2008, foi aprovado, entre a UE e a República da Guiné-Bissau, o acordo naquele domínio da segurança, que foi celebrado em Bissau no dia 11 de Julho de 2008, contendo vinte artigos onde estão contidos todos os pressupostos contratuais do apoio, nomeadamente quanto à construção de instalações necessárias para o bom cumprimento do acordo.

Em 2004, a Guiné-Bissau mantinha graves problemas sociais com a pobreza a proliferar em todo o território, o que levou o Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas a solicitar, em 8 de Abril daquele ano, à comunidade internacional para ajudar a encontrar fundos para apoiar a alimentação das crianças em idade escolar e vários programas de desenvolvimento da agricultura. Segundo Abdou Dieng, representante do PAM em Bissau, “são necessários 5,7 milhões de dólares para fazer face à situação”.

Em 2005, o Banco Mundial também financiou projectos nos sectores do ensino primário, energia, água, melhoramentos em infra-estruturas rodoviárias e aeroportuárias e comunicações, e estava a avaliar a hipótese de conceder uma linha de crédito para ajudar a reconstruir o Parque Industrial de Brá, que tinha sido bastante

danificado durante a guerra civil de 1998/1999. Os valores anuais de apoio rondaram os 8 milhões de dólares.

Em Março daquele ano, o FMI-Fundo Monetário Internacional enviou uma delegação a Bissau para analisar a hipótese de assistir tecnicamente o Governo, liderado por Carlos Gomes Júnior, no sentido de ser definido um novo programa económico e financeiro, baseado no Orçamento do Estado guineense de 2005 e que tenha como referência o Programa do Governo para a legislatura até 2008 e o Documento Estratégico de Apoio à Redução da Pobreza.

Em Novembro de 2006, o Ministro guineense das Pescas e Economia Marinha, Abdu Mané, deslocou-se a Cuba para negociar um acordo na área da Aquacultura e da Pesca Artesanal, afirmando:

“Temos de aproveitar os conhecimentos que Cuba tem neste sector para potenciarmos as elevadas capacidades nacionais”.

Não seria demais Cuba apoiar em força e com ajudas substanciais a Guiné-Bissau, porquanto aquele país foi um dos grandes fornecedores de meios humanos e equipamentos ao PAIGC, durante os onze anos que durou a guerra de guerrilha contra Portugal. Por isso, dadas as dificuldades económicas e sociais da Guiné-Bissau, Cuba tem um dever moral de colaboração nos tempos difíceis por que passa o povo guineense.

Pessoas individualmente consideradas, bem como Associações de solidariedade social têm sido instituídas, essencialmente, por ex-combatentes portugueses na ex-província da Guiné, tendo em vista angariarem fundos e bens diversos que são enviados para as populações daquele país.

Dessas instituições está uma que, graças aos laços de amizade com alguns dos seus fundadores, tenho acompanhado não só a sua constituição, mas também algumas das suas actividades. Ela é a «AJUDA AMIGA – Associação de Solidariedade e de Apoio ao Desenvolvimento», criada no dia 17 de Julho de 2008 como organização não governamental, pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Paço de Arcos, área metropolitana de Lisboa.

Os relatos de quem visita a Guiné-Bissau, bem assim os que são veiculados pela comunicação social, demonstram à evidência que, 36 anos após a declaração unilateral da independência pelo PAIGC, os políticos responsáveis pelos sucessivos governos, ajudados pelos anacrónicos golpes de Estado e intencionalidades militares, são os responsáveis primeiros pela degradação económica e social daquele país.

As diversas crises políticas que se têm verificado na Guiné-Bissau provocaram, ao longo dos anos, alguma retracção nas ajudas internacionais. Ainda hoje, as organizações de voluntários que se propõem ajudar as populações, mas que não têm dimensão para se instalarem naquele país, promovem a ajuda directamente à população da região que está no seu objectivo. É um facto assente que, se a ajuda fosse entregue às autoridades governamentais, não havia garantia da mesma chegar aos seus destinatários.

Fronteiras Marítimas – Com a independência, o Governo da Guiné-Bissau reactivou a questão das suas fronteiras marítimas que tinham sido encurtadas ainda no tempo colonial.

Por volta de 1960, Salazar teria consentido em que uma parcela das águas territoriais da Guiné portuguesa ficaria sob jurisdição do Senegal.

Em 1962, a Guiné-Conacri, unilateralmente mas sem oposição de Portugal, alterou a seu favor o traçado da linha de delimitação das suas fronteiras marítimas com a colónia portuguesa. Com o Senegal e a Guiné-Conacri a alargarem o seu âmbito marítimo, fez com que a Guiné portuguesa ficasse com as suas águas territoriais reduzidas a menos de metade.

O diferendo ainda persistia no início de 1979. Mas o governo de Bissau continuava a reivindicar a retoma anterior ao alargamento a favor dos dois países vizinhos, que foram, aliás, grandes apoiantes do PAIGC, durante os onze anos de luta armada contra o colonialismo português.

Em termos práticos trata-se de uma situação absurda em que “nenhum barco, venha em que sentido vier, pode entrar nas águas territoriais da Guiné-Bissau, sem ter de passar pelas zonas económicas exclusivas do Senegal ou da Guiné-Conacri – que a partir das 30 milhas (ou do vértice do triângulo), conseguem ter uma fronteira marítima comum (...) quando entre ambos os países se situa a Guiné-Bissau”¹⁶⁵.

Em Janeiro de 1984, no mandato de Nino Vieira, o problema das fronteiras marítimas continuava por resolver, mas já tinha havido um acordo com a Guiné-Conacri para, durante aquele ano, tentarem concluir o processo através de arbitragem internacional. O conflito com o Senegal estava mais longe de ser resolvido.

Constituição da República – A Constituição da República aprovada após a declaração unilateral da independência, determina que “A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, anti-colonialista e anti-imperialista que luta pela libertação total, pela unidade da Guiné-Bissau e do arquipélago de Cabo Verde, assim como pelo progresso social do seu povo”.

Os órgãos representativos do povo eram a Assembleia Nacional Popular e os Conselhos Regionais, eleitos pelo povo, e donde emanam os poderes dos demais órgãos do Estado.

- A Assembleia Nacional Popular (ANP) tinha poderes deliberativos sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controlava a aplicação da linha política, económica, social e cultural definida pelo Partido. Também tinha o direito de modificar ou de anular as medidas adoptadas pelos outros órgãos do Estado.

Os deputados da ANP eram eleitos pelos Conselhos Regionais, de entre os seus membros. Isto é, o órgão máximo era como que uma câmara de representantes dos Conselhos Regionais, onde eram eleitos, embora representassem todo o povo e não apenas as regiões, ou círculos eleitorais¹⁶⁶.

- Os Conselhos Regionais eram estruturas de base regional, cujos membros eram eleitos por sufrágio livre, universal, igual, directo e secreto. Eram estes órgãos

¹⁶⁵ «Diário de Notícias» da Madeira, 7 de Fevereiro de 1979.

Idem.

¹⁶⁶ O país está dividido em 8 regiões, 36 sectores e 1 sector autónomo (cidade de Bissau).

regionais que elegiam os deputados da ANP, que saíam de entre os membros daqueles órgãos regionais.

O direito a voto para eleger os Conselhos Regionais era atribuído aos cidadãos que tivessem mais de 15 anos.

Com a nova Constituição, adoptada no dia 10 de Novembro de 1980, foram alargados os poderes do Chefe de Estado, passando a ser simultaneamente Chefe de Estado e do Governo.

Quando, em 1984, teve lugar a revisão do texto constitucional, que adiante veremos – já num contexto político decorrente do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 – o direito de votar só foi atribuído aos cidadãos com a idade superior a 18 anos. E só poderiam ser eleitos para os Conselhos Regionais e para a Assembleia Nacional Popular quem tivesse 21 anos.

- Quanto ao Conselho de Estado, segundo a Constituição que temos vindo a referir, ele era composto por 15 membros, com um mandato de três anos, eleitos pela Assembleia Nacional Popular, de entre os seus deputados. Dependia daquela Assembleia e exercia competências no intervalo das sessões em matérias de competências próprias, definidas por lei e por resoluções da Assembleia.

O Conselho de Estado elegia o seu Presidente, um vice-Presidente e um Secretário. O Presidente representava o Estado nas relações internacionais e era o Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

No dia 16 de Maio de 1984, a Assembleia Nacional Popular aprovou a revisão da Constituição que não só foi promulgada naquele mesmo dia, como também entrou em vigor imediatamente.

No seu preâmbulo é salientado que fica na história como “uma das páginas mais belas da resistência dos povos africanos contra a dominação estrangeira” a “gloriosa luta político-armada de libertação organizada e dirigida pelo PAIGC (...)”.

Na verdade, funcionando um regime de partido único, o PAIGC figura no texto constitucional como a entidade politicamente endeusada a quem todos os órgãos do Estado deviam obediência. Por exemplo, o Presidente do Conselho de Estado é eleito de entre os 15 membros deste Conselho. É o Chefe do Estado e do Governo e o Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo e representa a República da Guiné-Bissau. Na tomada de posse, em sessão plenária da Assembleia Nacional Popular, fazia um juramento que reflecte a fidelidade ao partido, o qual é do seguinte teor:

“Juro, por minha honra, defender a Independência Nacional, dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo da Guiné-Bissau, cumprindo os deveres da alta função do Presidente do Conselho de Estado com fidelidade total aos objectivos do PAIGC, à Constituição e às leis da República”.

Semelhante juramento era feito pelos Vice-presidentes do Conselho de Estado, pelos Ministros, Secretários de Estado e pelo Governador do Banco Nacional da Guiné (BNG). Todos deveria fidelidade ao partido, porque este era o princípio e o fim de tudo o que dizia respeito à governação.

Era, aliás, um dos princípios fundamentais inscritos no texto constitucional previsto no artigo 4º, nº 1:

“Na República da Guiné-Bissau, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado”.

O nº 2 estabelece que, no desempenho da missão histórica do PAIGC, cabe-lhe:

- a) Estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado;
- b) Definir as etapas da Reconstrução Nacional e estabelecer as vias da sua realização;
- c) Seleccionar os candidatos a conselheiro regional e a deputado.

Quando, em 1991, o texto constitucional foi revisto, tendo em conta uma certa abertura do regime por parte do Presidente Nino Vieira, o artigo 4º desapareceu, mas manteve-se o artigo 71º que obrigava os membros do Governo, no acto da sua posse, a jurarem fidelidade ao PAIGC.

Esta revisão parcelar não expurgou grande parte das normas que, de certo modo, mantinham no essencial um cariz político de partido único.

Fuzilamento de militares e milícias guineenses colaboradores das Forças Armadas portuguesas - Nem a invocação da democracia no texto constitucional impediu os dirigentes do novo Estado de cometerem o mais grave e ignóbil acto de fuzilamento em massa de militares e milícias guineenses que tinham colaborado com as Forças Armadas portuguesas.

Os velhos políticos do PAIGC, agora com o Poder nas suas mãos, em vez de reintegrarem, ou tratarem como qualquer cidadão normal, os guineenses que tinham feito parte dos Comandos Africanos, integrados nas Forças Armadas portuguesas, pelo contrário procederam a execuções sumárias daqueles que, acreditando no novo poder político, não acederam a virem para Portugal, como outros fizeram, ou fugiram para o Senegal e Guiné Conacri.

É também Almeida Santos que cita Carlos Fabião, em entrevista ao jornal «Público» de 30 de Março de 1994:

«Diversos batalhões de negros que tinham combatido ao nosso lado...foram fuzilados muitos meses depois. O PAIGC prometeu não lhes fazer nada»¹⁶⁷.

Afirmações semelhantes teve o general António de Spínola, no livro que escreveu em 1978¹⁶⁸:

“A forma desumana como se comportou o Governo do novo Estado, sem o menor respeito por quaisquer princípios ou direitos, transformou a descolonização daquele território num crime contra a Humanidade, que teve como epílogo o exílio forçado de largos milhares de guinéus na República do Senegal, o fuzilamento sumário, sem julgamento, dos que haviam servido nas Forças Armadas Portuguesas ou nas Milícias e a prisão e tortura de tantos outros, apenas acusados de terem colaborado com os portugueses”.

¹⁶⁷ Idem, página 43.

¹⁶⁸ «País sem Rumor», Contributo para a História de uma Revolução, António de Spínola, Editora SCIRE, 1978, página 278.

Por muitas razões que teve o PAIGC para lutar pela independência, nenhum fundamento humano justificaria os fuzilamentos daqueles que estiveram livremente do lado da tropa portuguesa. Porque muitos homens, também livremente, deixaram as vilas e aldeias para se juntar à guerrilha contra a política do Governo português.

Aliás, ainda durante a guerra, os responsáveis do PAIGC também fuzilaram alguns combatentes seus que discordaram ou se desviaram do rumo a que eram obrigados seguir. O mesmo aconteceu aquando do assassinio de Amílcar Cabral.

É por isso que, no plano dos direitos humanos e da liberdade individual, os responsáveis do PAIGC pelos fuzilamentos mereciam ser julgados pelos seus bárbaros actos. Quantos homens teriam caído nas valas comuns?

A revista «PÚBLICA» do jornal «PÚBLICO», de 30 de Junho de 1996¹⁶⁹, publicou uma extensa reportagem, incluindo fotografias, algumas delas de valas com ossadas humanas, em que fornece relatos horrendos acerca dos fuzilamentos havidos após o reconhecimento da independência.

No enquadramento da reportagem é referido:

“O PAIGC prometeu tratá-los com humanidade. Portugal acreditou, pagou-lhes seis meses de ordenado e pediu-lhes que entregassem as armas. Ainda que renitentes, os 27 mil militares guineenses do Exército português aceitaram. Mal as autoridades portuguesas abandonaram o país, logo o novo poder executou os primeiros. Mortes reconhecidas na sinceridade das certidões de óbito: “faleceu por fuzilamento”, diziam. As autoridades guineenses pós-Luís Cabral falam em 500 mortos. O jornal “Nô Pintcha” chegou a publicar uma lista de nomes. Mas os sobreviventes calculam que pelo menos um milhar terá comparecido diante do pelotão de fuzilamento – alguns em aeroportos e campos de futebol, diante das populações”.

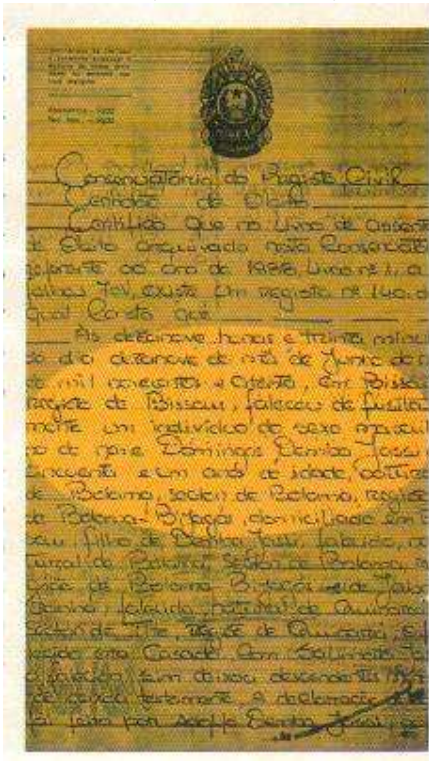
Mais adiante, os jornalistas salientam que “O único jornal existente, o “Nô Pintcha”, estatal, publicou no dia 20 de Novembro de 1980 uma lista com os mortos encontrados nas valas comuns, cuja existência foi denunciada pelo próprio Nino Vieira, assim que ascendeu à chefia do Estado. A lista que não incluía apenas comandos africanos e abrangia também dissidentes do regime liquidados a tiro, era antecedida de uma significativa introdução:

“Em seis anos de independência total da nossa terra, 500 pessoas foram fuziladas sumariamente, sem julgamento, e enterradas em valas comuns nas matas de Cumeré, Portogole e de Mansoa. Publicamos hoje, os nomes de algumas pessoas que foram massacradas pelo regime de Luís Cabral, pois só as fichas criminais é que chegaram ao conhecimento do Conselho da Revolução. Sabe-se que muitos camaradas das FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo, exército do novo Estado), discordaram do regime e das injustiças de que eram alvo, (...) e antigos comandos africanos criados pelas autoridades do colonialismo português na nossa terra foram mortos pelos Serviços de Segurança do Governo deposto. São bem conhecidos do nosso povo os crimes cometidos pelos elementos dos ‘comandos africanos’ junto das populações indefesas. Era justo que fossem julgados e condenados pelos seus crimes. Mas tal não aconteceu. O regime de Luís Cabral violou flagrantemente as normas dos direitos do homem e nenhum comando africano, nenhum dissidente, foi levado a tribunal. Foram executados barbaramente no meio das florestas, contra os mais elementares princípios de justiça e contra os princípios do nosso glorioso partido”.

¹⁶⁹ Reportagem feita pelos jornalistas Eduardo Dâmaso, Adelino Gomes e o fotógrafo Pedro Cunha.

Depois refere que “Mansoa, Bissorã, Bula e Canchungo foram localidades onde ocorreram muitas das execuções: “Joaquim Baticã Ferreira, rei manjaco e antigo deputado à Assembleia Nacional e o sargento comando Didi morreram num campo de futebol em Bissorã”, afiança um dos militares africanos que pediu o anonimato”.

In Revista «PÚBLICA», 30/06/96
(do Jornal «Público»)



E, de entre cinco relatos de homens que tinham feito parte dos comandos africanos ao serviço do Exército português, mas que escaparam ao fuzilamento, destaco e cito apenas um deles:

“4. SANHÁ, 41 anos, soldado do Batalhão de comandos, mais tarde condutor de Paulo Correia, que o salvou de ser executado em 1975, no Cumeré, e com quem veio a ser preso em 1986, escapando, no entanto, ao fuzilamento, de que o vice-Presidente da Guiné-Bissau veio a ser vítima, a mando do Presidente Bernardo Vieira”:

“Fui preso em 21 de Março de 1975, juntamente com dezenas e dezenas de outros antigos militares do exército português, entre eles o capitão Saeigh e o tenente Sicre Vieira. O PAIGC tinha a lista de todos os guineenses que pertenceram aos Comandos. Sabiam a especialidade, as operações em que participamos, as condecorações. Só os portugueses lhes podiam ter fornecido as listas. Acusaram-nos de preparar um golpe de Estado contando com apoios no exterior. Como podíamos

fazer uma coisa dessas, se as armas foram todas entregues ao exército português? Lembro-me, aliás, do alferes Bari a virar-se para o Saeigh (que tinha sido quem nos convenceu, contra nossa vontade, a entregarmos as armas, em Julho de 1974): ‘Vê o resultado?’ Levaram-nos para o quartel de Cumeré, a 30 quilómetros de Bissau. Encontramos lá uns 300 homens. Uma tarde, eram quatro horas, vieram buscar-me. Éramos uns 70. Mandaram-nos ficar só em ‘trouces’. Colocaram-nos junto de uma vala, em fila. À nossa frente só um oficial, com uma bandeira vermelha. Já sabíamos como era dos anteriores fuzilamentos. O comandante não falava. Levantava e depois baixava a bandeira e os soldados, que não avistávamos porque se encontravam à volta, na mata, faziam fogo. Alguns pediram água. De repente, chega em Land Rover, de onde sai o Paulo Correia, um alto membro do PAIGC, que chegou a ser cabo no exército português, de onde fugiu para a mata. Ele era ainda da minha família. Ordenou que eu saísse do grupo. E também o alferes Yó-Yó (que veio a morrer em Lisboa, num acidente), o furriel Rui Djasse (pertence agora ao Movimento Bafatá), o soldado Braima Serra. Éramos 14 ao todo: oito militares e seis civis. Os outros foram fuzilados, ali, à nossa frente e de Paulo Correia. Fiquei preso mais oito meses. Quando fui libertado, passei a trabalhar como motorista de Paulo Correia. Em 1985, Nino Vieira acusou Paulo Correia de preparar um golpe de Estado. Fui preso com ele e com muitos oficiais do PAIGC, que acabaram por ser mortos, como ele. Quando me libertaram, consegui fugir para Cabo Verde. Aí, arranjei um passaporte que me permitiu chegar a Portugal,

onde trabalhei nas obras e estou à espera de receber uma pensão do Exército. A Junta já me reconheceu 80 por cento de desvalorização”.

Depois deste relato, mais palavras para quê? O que falta fazer para julgar os dirigentes do PAIGC responsáveis por tão bárbaros fuzilamentos?

Quando Nino Vieira fez o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, que depôs Luís Cabral do cargo de primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, denunciou os fuzilamentos e mostrou aos guineenses e ao Mundo as valas comuns onde tinham sido enterrados os homens fuzilados. O que o novo presidente pretendeu foi atribuir esses actos ao presidente deposto. Mas Luís Cabral rejeita tal acusação, porquanto, na revista «SÁBADO» do dia 26 de Outubro de 1990 afirma:

“Durante a Primeira República, nem um único combatente da liberdade chegou a ser preso pelas suas opiniões políticas. Nos poucos casos em que as posições assumidas chocavam com os princípios do PAIGC, os respectivos autores deixavam de fazer parte da sua direcção, cabendo ao Estado a responsabilidade de lhes assegurar as funções que lhe garantissem o nível de vida conquistado pela sua participação na luta de libertação nacional do nosso povo.

Foi, pois, a partir de 14 de Novembro de 1980, data do golpe de Estado que permitiu a Nino Vieira usurpar o poder sem partilha, que o combatente da liberdade da pátria passou a ser vítima da arbitrariedade e dos crimes dos seus próprios companheiros. Vimos assim valorosos combatentes do PAIGC serem fuzilados ou deixados à morte nas prisões depois de barbaramente espancados, enquanto outros eram presos, torturados e afastados de qualquer cargo nas estruturas do partido ou do Estado”.

A curiosidade das declarações de Luís Cabral à «SÁBADO» tem a ver com a sua peremptória negação de ter fuzilado “combatentes da liberdade da pátria”. Isto é, um “combatente da liberdade” será, para Cabral, apenas e só aquele que, no PAIGC, combateu o colonialismo português.

No fundo, nas declarações àquela revista, Luís Cabral não fala e, por isso, não afirma nem nega que tenha sido responsável, pelo menos moral, pelos fuzilamentos dos guineenses que tinham feito parte dos Comandos Africanos ao serviço do Exército português, e também dos comandantes de Milícia. Ficará para a história o esclarecimento do que ainda não foi dado como factos assentes.

Mas algumas vezes quando algum dirigente do PAIGC faz declarações para órgãos de comunicação social, confirma que houve fuzilamentos. Foi o caso de Hélder Proença, secretário nacional para a comunicação social, que afirmou à revista «VISÃO», de 30 de Junho de 1994 - decorria a campanha para as eleições a realizar no dia 3 do mês seguinte:

“Não foram ajustes de contas. Houve excessos numa primeira fase da independência. O partido reagiu oportunamente a esses excessos. Houve execuções sumárias de criminosos de lesa-humanidade. Essas pessoas foram executadas”.

Mas quando o jornalista questionou que se falava de 500 a 10.000 pessoas fuziladas, Helder Proença respondeu:

“Dez mil não é possível. É fazer uma extrapolação, quantos habitantes tínhamos. Mas o partido assumiu”.

Golpes de Estado no período 1974 a 1994 - Em Novembro de 1978 houve uma tentativa de golpe de Estado, em que teriam estado implicados, de entre mais de duas

dezenas, Rafael Barbosa, Ladislau Justavo, Malan Sanhá e Marcelino Delgado, cujo objectivo era romper com os elementos de Cabo Verde. O julgamento dos implicados no golpe começou em Abril de 1979, mas esteve interrompido durante um ano, por ter sido capturado o Ladislau Justavo que estava a ser julgado à revelia. Recomeçou em Junho de 1980, com a acusação de que o golpe pretendia a liquidação física dos dirigentes guineenses, nomeadamente os de origem cabo-verdiana.



Rafael Barbosa

O seu triunfo, se tivesse acontecido, levaria à ruptura com todos os vínculos institucionais com Cabo Verde.

Já se tinha gorado uma hipótese, inicialmente posta, para a Guiné-Bissau e Cabo Verde formarem um único país. Mas foram evidentes muitas discordâncias, desde há longos anos, entre guineenses e cabo-verdeanos. Aqueles de sempre sentiram-se colonizados, em todos os aspectos, por estes. Já vimos que o falhado golpe de Estado de 1978 tinha em vista o corte radical com os cabo-verdeanos.

O facto de o PAIGC ter declarado unilateralmente, em 1973, a independência, apenas da Guiné e não também de Cabo Verde, numa só república, é bastante significativa a visão e divisão que efectivamente reinavam quanto à tão apregoada unidade de pensamento nesta matéria.

Depois da independência de Cabo Verde, concretizada em 5 de Julho de 1975, tiveram lugar três conferências intergovernamentais entre os governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Entre 7 e 11 de Fevereiro de 1979 teve lugar, em Bissau, a II Conferência, em que participou o chefe do executivo de Cabo Verde, Pedro Pires, à frente de uma importante delegação que incluía ministros, secretários de Estado, directores gerais, altos responsáveis do partido (PAIGC) e muitos funcionários governamentais. Para Pedro Pires, a II Conferência iria tratar de questões com “Realismo, ligação à prática e diálogo franco e leal para o incremento da unidade entre os dois Estados”¹⁷⁰.

No âmbito estritamente partidário, realizou-se em Bissau, entre os dias 11 e 14 de Junho de 1980, a «II Reunião Ordinária do Conselho Superior da Luta (CSL) do PAIGC», em que tudo pareceu correr de feição para uma longevidade de unidade entre guineenses e cabo-verdeanos no seio do partido.

No início da reunião, o Secretário-Geral do PAIGC, Aristides Pereira, apresentou um relatório, em que fez uma abordagem sobre alguns problemas ideológicos no seio do partido, que se situavam a diversos níveis “tanto nas fileiras do Partido como, por reflexo lógico, no seio das massas populares. Os problemas ideológicos a que aludimos merecem tanto mais atenção quanto é certo que os grandes projectos em curso que exigem o nosso esforço no dia a dia da construção nacional só poderão ser levados a cabo com êxito com a participação consciente, activa e entusiástica dos trabalhadores e das amplas massas”¹⁷¹

Ao terminar a apresentação do relatório salientou:

¹⁷⁰ «Diário de Notícias» da Madeira, 7 de Fevereiro de 1979.

¹⁷¹ «Do PAIGC ao PAICV»-Documentos, edição do PAICV, Abril de 1981, página 13.

“Estas breves reflexões que achámos dever submeter à consideração do CSL estão certamente na preocupação de todos e marcarão o período de actividade que iremos viver até ao IV Congresso, órgão mais indicado para o seu tratamento mais aprofundado. Que, entretanto, as palavras que aqui dissemos sobre estas questões tão decisivas para a nossa luta possam inspirar a todos os participantes nesta II reunião ordinária do CSL o calor militante e a sinceridade que sempre caracterizaram as nossas reuniões, a fim de que, ao regressarmos aos nossos postos de trabalho, possamos ir com a consciência de termos cumprido mais uma vez nosso dever face ao nosso povo e ao PAIGC, que é a sua força, luz e guia na Guiné e em Cabo Verde”¹⁷².

No final da reunião do CSL foi emitida uma extensa resolução com 13 pontos, da qual se transcreve as partes mais importantes que dizem respeito à acção futura do PAIGC, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde:

“10. Tendo ouvido com atenção e debatido aprofundadamente os relatórios apresentados pelos Chefes de Governo da Guiné e Cabo Verde;
- tendo-se inteirado das incidências da situação económica internacional sobre a situação interna dos dois países e das medidas adoptadas para fazer face aos factores desfavoráveis;
- constando que, apesar da fragilidade da economia dos dois países resultado das sequelas da dominação colonial e dos factores climáticos adversos, foram postas em prática medidas que possibilitam a existência de uma situação sócio-económica e política equilibrada e permitem encarar o futuro com confiança;

O CSL decide:

a) Felicitar os Governos da Guiné e Cabo Verde pela forma responsável como têm sido conduzidos os assuntos dos dois Estados;
b) Recomendar aos Governos que continuem envidando esforços no sentido de manter a política de austeridade e de reforçar as medidas tendentes a diminuir os déficits orçamentais”¹⁷³.

“12. O CSL debruçou-se sobre os passos dados no caminho da materialização da Unidade Guiné-Cabo Verde, nomeadamente no que se refere aos seus órgãos institucionais, o Conselho da Unidade e a Conferência Intergovernamental. Tendo feito um balanço do funcionamento desses órgãos, o CSL conclui e decide:

a) Encarregar a Comissão Permanente do CEL de proceder a uma análise aprofundada da situação do Conselho da Unidade e de propor à Assembleia Nacional Popular as medidas que se mostrarem pertinentes para garantir o seu efectivo funcionamento.
b) Recomendar aos Governos da Guiné e Cabo Verde que reforcem a sua acção no quadro do programa adoptado pela III Conferência Intergovernamental no sentido da materialização das Resoluções do III Congresso sobre a matéria”

13. O CSL decide criar a Comissão Preparatória do IV Congresso do PAIGC (...)”¹⁷⁴, sem ter marcado o dia do mesmo.

¹⁷² Idem, páginas 16 e 17.

¹⁷³ Idem, página 22.

¹⁷⁴ Idem, páginas 22 e 23.

As decisões tomadas no CSL, no dia 14 de Junho de 1980, pareciam demonstrar existir um grande espírito de união no seio do PAIGC. Mas, precisamente cinco meses depois, a 14 de Novembro, dá-se uma grande viragem política quando João Bernardo Vieira «Nino»¹⁷⁵ promoveu um golpe de Estado que depôs Luís Cabral¹⁷⁶. Este golpe não só mudou o rumo político do país, com efeitos relevantes futuros, como também provocou o corte definitivo com os dirigentes cabo-verdeanos que militavam no PAIGC desde a sua fundação. Daí em diante não mais o partido fundado por Amílcar Cabral juntou guineenses e cabo-verdeanos no mesmo barco que tripulavam em unidade, embora aparente, depois da morte do fundador.

Nascia, assim, o PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo Verde, mantendo-se o PAIGC - com a mesma designação tradicional, mas apenas para a Guiné-Bissau.

As primeiras notícias foram divulgadas no Senegal, com a seguinte informação:

Dakar – 15 de Novembro (AFP) – O Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, Luís Cabral, derrubado ontem à noite por um «Conselho da Revolução» encontra-se detido - anunciou hoje a rádio Conakry captada em Dakar, citando informações procedentes de Bissau.

Segundo a rádio, que citou um comunicado do «Conselho da Revolução» - «alguns dos principais colaboradores» do ex-presidente Cabral foram detidos e outros são activamente procurados.

A rádio Conakry afirmou, por um lado, que *Raphael Barbosa*, ex-presidente de honra do Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (PAIGC), condenado a pena de morte em 1977 por «traição», pena posteriormente transformada em trabalhos forçados, *foi libertado pelo novo regime*¹⁷⁷.

Nos três dias seguintes foram dadas notícias com o desenvolvimento mais pormenorizado dos acontecimentos na Guiné-Bissau, nomeadamente que Luís Cabral se encontrava com residência vigiada na ilha de Bubaque “onde um oficial lhe ordenou na sexta-feira à tarde que renunciasse ao poder”, e que o último comunicado fala da “afirmação da nacionalidade» do povo da Guiné-Bissau o que parece não caminhar no sentido dessa união” (entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde).



Nino Vieira

¹⁷⁵ João Bernardo Vieira, de etnia Papel e de religião animista, celebrado na luta armada pela independência com o nome de guerra «Nino», nasceu em Bissau no dia 27 de Abril de 1939, tendo sido considerado o mais importante chefe militar que o PAIGC teve.

Aderiu ao PAIGC em 1959, depois de ter abandonado os estudos em Bissau. Em 1970 era já comandante-geral das operações do PAIGC. A sua formação militar foi adquirida na Academia Militar de Pequim, República Popular da China, onde esteve cerca de um ano, quando tinha 18 anos. Na qualidade de presidente da Assembleia Nacional Popular, esta proclamou a independência da Guiné-Bissau no dia 24 de Setembro de 1973.

Como comissário das Forças Armadas, fazia parte do Governo desde a constituição do primeiro Executivo, sendo considerado a quarta figura do Partido, logo a seguir a Aristides Pereira, Luís Cabral e Pedro Pires. Foi presidente da ANP. De 1977-78 foi receber formação militar ao Estado-Maior das FA Cubanas, sendo, depois, nomeado comissário-principal (Primeiro-Ministro) em Setembro de 1978, em substituição de Francisco Mendes (Chico Té), falecido num acidente de viação em 7 de Julho desse mesmo ano. Foi assassinado na sua residência, no dia 2 de Março de 2009.

¹⁷⁶ Luís de Almeida Cabral era Presidente da Guiné-Bissau desde a proclamação da independência do país em 1973 e reeleito em Março de 1977 para mais quatro anos.

Nasceu em Bissau em 1930, de um pai professor, originário de Cabo Verde, e de mãe portuguesa. Estudou em Cabo Verde e em Lisboa, antes de trabalhar como contabilista numa das grandes empresas coloniais (Casa Gouveia) em Bissau.

Em 1961 viu-se obrigado a fugir para o estrangeiro devido às suas actividades políticas, tendo sido, naquele ano, um dos fundadores da «União Nacional dos Trabalhadores da Guiné» (UNTG). Foi também um dos seis fundadores do PAIGC, em 1956, por iniciativa do seu meio-irmão Amílcar Cabral, e secretário-geral adjunto do PAIGC desde 1972.

¹⁷⁷ «Do PAIGC ao PAICV»-Documentos, edição do PAICV, Abril de 1981, página 28.

A Guiné (Conakry) foi o primeiro país a reconhecer o «Conselho da Revolução», não tendo sido estranha essa posição visto que, no mês de Setembro do mesmo ano, Sekou Turé teria criticado severamente o Governo de Luís Cabral, por este se opor “às pesquisas petrolíferas guineenses numa zona contestada”. E ainda que Vasco Cabral, Ministro do Plano, tinha sido ferido no decorrer de um tiroteio “com soldados partidários do sr. Vieira (...) os Ministros da Defesa e da Saúde, respectivamente Sr Umarú Djaló e João da Costa, teriam sido presos” (notícia da ANOP).

Sekou Turé e o Bureau Político garantiram «o seu apoio total e resolutivo» ao novo governo da Guiné-Bissau, reafirmando a sua vontade firme e constante de cooperar em todos os domínios, com vista a salvaguardar os interesses materiais e morais dos dois países.

Esta mesma agência noticiosa divulgou, no dia 18, a seguinte notícia:

“Bissau, 18 NOV. (ANOP) – A sede do PAIGC em Bissau está encerrada e os seus funcionários foram mandados para casa, depois de ter sido passada uma busca aos gabinetes dos seus principais dirigentes.

Esta é a única nota destoante numa cidade onde toda a actividade foi já retomada e de cujas ruas foram retirados os tanques que protegiam pontos vitais.

Desde que o golpe triunfou o novo poder nunca mais fez qualquer referência ao PAIGC nos seus comunicados e mensagens.

Por outro lado, a distribuição de arroz, pão e outros bens essenciais tem estado a intensificar-se com a abertura de postos de venda por toda a parte. ANOP¹⁷⁸.

No dia a seguir ao golpe de Estado na Guiné-Bissau, o Conselho de Ministros de Cabo Verde emitiu um comunicado a condenar a acção de Nino Vieira, do seguinte teor:

“Tendo tomado conhecimento do golpe de Estado perpetrado na noite de 14 de Novembro contra o regime constitucional instituído na Guiné-Bissau e designadamente contra o seu Presidente, Camarada LUÍS CABRAL, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC:

Face aos laços especiais que têm unido os Estados da Guiné-Bissau e de Cabo Verde no processo da Reconstrução Nacional, com vista à Unidade, tendo como base a luta travada em comum sob a égide do PAIGC e dos ideais do seu Fundador, AMÍLCAR CABRAL;

Na consciência de que foram postos em causa os princípios em que têm assentado o relacionamento entre os dois Estados e Governos;

Coerente com o princípio do respeito pela identidade nacional de cada um dos povos e pela soberania e independência de cada um dos Estados;

Ciente da sua responsabilidade de garantir a protecção e segurança dos caboverdeanos residentes na Guiné-Bissau;

O Conselho de Ministros da República de Cabo Verde, reunido em sessão extraordinária declara:

- a) Condenar o golpe de Estado, como contrário aos princípios que sempre nortearam o PAIGC para a resolução dos problemas do seu seio, seja qual for a sua natureza;
- b) Reservar-se o direito de rever as posições assumidas até agora nas relações entre os dois Estados;

¹⁷⁸ «Do PAIGC ao PAICV»-Documentos, edição do PAICV, Abril de 1981, página 33.

- c) Tomar todas as providências no sentido de assegurar o regresso dos nacionais caboverdeanos que o queiram fazer;
- d) Continuar a pautar a sua acção pela construção de uma Pátria livre e Próspera para todo o Povo Caboverdeano, integrada numa África Unida e Forte.

O Governo continuará a seguir a evolução dos acontecimentos, e manterá a população informada de todas as medidas que considerar oportuno e conveniente tomar.

O Conselho de Ministros apela a toda a população caboverdeana no sentido de se manter vigilante no prosseguimento das tarefas da Reconstrução Nacional.

Honra e Glória à memória de AMÍLCAR CABRAL!

Praia, 15 de Novembro de 1980¹⁷⁹.

Nino Vieira enviou uma informação a Aristides Pereira, justificando as razões do golpe de Estado, dizendo:

“Ao Camarada Aristides Pereira
Secretário-Geral do PAIGC
e Presidente da República de Cabo Verde

Camarada Secretário-Geral

Perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos cujo desfecho era imprevisível capaz de provocar consequências irreparáveis pondo em causa a nossa revolução os objectivos e a linha do Pensamento do nosso Saudoso Amílcar Cabral, fomos obrigados, respondendo aos anseios do povo, no dia 14 do corrente mês de Novembro a tomar as medidas que a situação impunha.

A integridade física do ex-Presidente do Conselho de Estado Luís Cabral e de sua família encontra-se garantida pelo Conselho da Revolução. A situação encontra-se normal em toda a extensão do território nacional.

Não houve efusão de sangue nem quaisquer actos de vingança. Todos os cidadãos cabo-verdeanos que se encontram na República da Guiné-Bissau não foram vítimas de quaisquer actos.

Permanecemos fiéis aos princípios e linha traçados pelo saudoso Camarada Amílcar Cabral e expressamos a nossa firme determinação de continuar a desenvolver os laços históricos que unem os nossos dois povos.

Saudações revolucionárias
Pelo Conselho da Revolução

João Bernardo Vieira (Nino)¹⁸⁰

Do que resulta da informação de Nino Vieira, enviada para Cabo Verde, apenas fala em “grave situação que se criou durante os últimos tempos”, o que nada esclarece das verdadeiras razões. No entanto, na altura, foram tornadas públicas outras causas do golpe, tais como:

- O facto de a nova Constituição da República, aprovada no dia 10 do mesmo mês de Novembro, ter aumentado os poderes do Presidente do Conselho de Estado, Luís

¹⁷⁹ Idem, páginas 37 e 38.

¹⁸⁰ Idem, página 41.

Cabral, em detrimento dos poderes do Primeiro-Ministro que, naquela data, era precisamente Nino Vieira. Teria sido a alteração do texto constitucional que acelerou, por antecipação, o golpe de estado que estaria previsto para uma data posterior. A crise política já era sentida e “corriam já rumores que a partir do dia 1 de Janeiro do ano seguinte Nino Vieira seria substituído na chefia do Governo e das Forças Armadas”¹⁸¹.

- A importância da influência de Cabo Verde nos quadros dirigentes da Guiné-Bissau, situação que não era nova, vinha já da altura em que Portugal negociou o reconhecimento da independência, mas que se avolumou à medida que os dois Estados eram governados por governos diferentes, embora sob a orientação política do mesmo partido.

Durante cerca de um mês a seguir ao golpe de Estado, houve troca de algumas mensagens entre Nino Vieira e Aristides Pereira, nas quais notam-se discordâncias profundas pelos acontecimentos:

- “Em que é que o PAIGC tem entravado a afirmação da identidade nacional do povo da Guiné? Em que é que o PAIGC tem impedido que o povo da Guiné seja senhor dos seus destinos? Que pensar Nino da fidelidade devida aos nossos mártires como Domingos Ramos, Guerra Mendes, Chico, Pansau, Victorino, Rui, Corca, Saco Vaz, Titina, Justino Lopes, Jaime Mota e tantos outros camaradas que morreram pelos ideais comuns do PAIGC?”

(Aristides Pereira para Nino Vieira, em 17/11/1980).

- “As discussões acerca do Ante-projecto da nossa Constituição política revelaram todas as anomalias que essa mesma Constituição comportava (...) Durante a reunião extraordinária da segunda Legislatura da ANP para aprovação da futura Constituição de maneira mais inaceitável e antidemocrática o camarada Luís Cabral, confiante do poder que detinha, influenciou certos quadros que impediram os deputados de tomar parte activa nas discussões da Constituição”.

(Nino Vieira para Aristides Pereira, em 17/11/1980).

- “Encaro favoravelmente um encontro contigo no Sal em tê-a-tête em delegação ou as duas coisas conforme tua conveniência”.

(Aristides Pereira para Nino Vieira, em 22/11/1980).

- “acerca da possibilidade do nosso encontro e considerando que o CNG e o Conselho dos Comissários de Estado ainda não se pronunciaram sobre a posição de Cabo Verde face aos acontecimentos do 14 de Novembro o Conselho da Revolução decide levar ao conhecimento do camarada Secretário-Geral o seguinte:

1 – Que não considera de momento oportuno o envio de uma delegação a Cabo Verde pelas razões acima expostas.

2 – Que não obstante esse facto se mantém aberto a receber o camarada Secretário Geral em qualquer oportunidade que julgue conveniente a sua deslocação a Bissau”.

(Nino Vieira para Aristides Pereira, em 12/12/1980).

- “Nem os dirigentes de Cabo Verde nem o povo caboverdeano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhes as responsabilidades não só pela situação criada na Guiné

¹⁸¹ Jornal «Portugal Hoje», 16/11/1980.

mas também pelas consequências do golpe de estado na vida do partido e no projecto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis da Guiné. Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia”.

(Aristides Pereira para Nino Vieira, em 16/12/1980).

A troca de correspondência entre Nino Vieira e Aristides Pereira, ao longo das primeiras semanas após o golpe de Estado na Guiné-Bissau, não trouxe a paz e a unidade ao interior do PAIGC. Pelo contrário. A ruptura foi evidente em Janeiro de 1981, sensivelmente dois meses após o golpe. Assim aconteceu quando, entre os dias 16 e 20 daquele mês, na cidade da Praia, reuniu a Conferência Nacional dos militantes de Cabo Verde do PAIGC, tendo decidido dar o golpe final no desmembramento do Partido, fundado por Amílcar Cabral, instituindo um novo partido.

A Resolução final da cidade da Praia, no dia 20 de Janeiro de 1981, não podia ser mais clara:

“(…) Ouvido e debatido o discurso introdutório do Secretário-Geral do Partido, ciente de exprimir a vontade da grande massa dos militantes em Cabo Verde, através dos seus delegados eleitos e mandatados para o efeito, a Conferência Nacional do militantes do Partido em Cabo Verde.

1 – Aprova o discurso introdutório apresentado pelo Secretário-Geral do PAIGC e decide adoptá-lo como documento da Conferência.

(…)

3 – Erige-se em Congresso e proclama a existência de um Partido Nacional em Cabo Verde com a designação de «PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE (PAICV).

4 – Assume para o PAICV todo o legado histórico, político e ideológico do PAIGC e o Pensamento de AMÍLCAR CABRAL como guia da sua acção.

5 – Adopta para o PAICV o Programa e os Estatutos do PAIGC em tudo o que não seja incompatível com as novas realidades”.

Depois de destacar os órgãos do novo partido e respectivos militantes eleitos, a Resolução salienta:

“1 – O Congresso decide que se realize em Março de 1982 o próximo Congresso, para análise profunda da vida nacional e partidária e designadamente para aprovar o programa e os Estatutos do PAICV e eleger os órgãos nacionais de Direcção.

2 – O Congresso congratula-se pelo elevado grau de participação dos delegados e pela forma altamente responsável como decorreram os seus trabalhos exorta os membros do Partido a se valorizarem como militantes revolucionários para que o povo de Cabo Verde possa dispôr de uma organização cada dia mais forte e mais alta a cumprir a alta missão que lhe foi confiada pela história”¹⁸².

Nino Vieira provavelmente ficou satisfeito pelo facto de terem sido os seus camaradas os autores da cisão. Na verdade, a partir do momento em que passou a haver dois Estados independentes - Guiné-Bissau e Cabo Verde – não fazia sentido haver um único partido a comandar a política de duas nações com realidades sócio-

¹⁸² «Do PAIGC ao PAICV»-Documentos, edição do PAICV, Abril de 1981, páginas 109 a 114.

económicas tão diferentes entre si, apesar de ambos os partidos fundarem a sua matriz ideológica no ideário de Amílcar Cabral.

Consumado o divórcio político litigioso entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, Aristides Pereira foi eleito Secretário-Geral do PAICV, e Pedro Pires, Secretário-Geral Adjunto.

Ao finalizar o discurso de encerramento, Aristides Pereira afirmou:

“Estou certo de que regressando aos seus postos, todos vão trabalhar, mais e mais, para cada vez maiores vitórias do nosso Partido e do nosso povo.

Para a frente camaradas.

A luta continua!

Viva a República de Cabo Verde!

Viva o PAICV!

Honra e glória a AMÍLCAR CABRAL!”¹⁸³

Na Guiné-Bissau os novos detentores do Poder, logo numa das primeiras reuniões, decidiram levar a julgamento o presidente deposto, Luís Cabral, o Secretário-Geral do partido, Aristides Pereira, e ainda o dirigente partidário José Araújo. No fundamento primeiro estavam os fuzilamentos, comprovados pela descoberta de valas comuns que foram mostradas à comunicação social. Para eles, Luís Cabral era o principal responsável por tais fuzilamentos, mas Aristides Pereira seria culpado por ter tido conhecimento deles.

Mário Cabral, comissário de Estado para o Desenvolvimento Rural, em entrevista ao jornal português «Portugal HOJE», de 1 de Dezembro de 1980, afirmou:

“Com o movimento do 14 de Novembro foi possível descobrir uma série de atrocidades e barbaridades praticadas pelo regime de Luís Cabral. Efectivamente como os senhores jornalistas já tiveram oportunidade de ver, há muitas valas comuns onde foram enterrados concidadãos nossos, que estariam presos por razões de vária ordem, mas normalmente de natureza política. Entre os massacrados contam-se discordantes do regime, o grupo de Malasanha, que o ano passado tentou fazer um golpe, e até os antigos comandos africanos”.

Mário Cabral iliba Nino Vieira desses fuzilamentos ao afirmar:

“Efectivamente já foi dito e redito pelo próprio camarada presidente do Conselho da Revolução, que ele era completamente alheio a essa situação. Até porque alguém confessou que uma das principais pessoas visadas era o camarada presidente do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira. Quer dizer, havia uma suspeita, pessoas que pensavam que poderia haver um levantamento popular e que esse levantamento poderia ser encabeçado pelo camarada João Bernardo Vieira, que gozava, e goza, de um grande prestígio entre o nosso povo. Entre as pessoas massacradas contam-se familiares do camarada João Bernardo Vieira e inclusive, do próprio comissário da Justiça, camarada Fidelis Almada, o que dá ideia que também nem ele próprio sabia”.

¹⁸³ Idem, página 132.

Uma das medidas tomadas pelo Conselho da Revolução, presidido por Nino Vieira, foi revogar as alterações à Constituição da República, que tinham sido aprovadas dias antes do golpe de Estado. Alterações essas que precipitaram o golpe.

Quando, no dia 2 de Dezembro de 1980, em Luanda, 18 dias após o golpe de Estado na Guiné-Bissau, se realizou uma cimeira entre os presidentes de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, Nino Vieira não foi convidado.

Um dos temas discutidos foi, naturalmente, a situação do golpe de Estado, ocorrido na Guiné-Bissau, o que levou o Conselho da Revolução a considerar que esse assunto constituía um interferência nos assuntos internos da Guiné-Bissau.

Apesar da ausência de representantes de Bissau na Cimeira de Luanda, esta decidiu enviar uma missão à Guiné para tentar entender as causas do golpe de Estado, a libertação de Luís Cabral e de outros militares do PAIGC presos, assim como procurar uma aproximação de Nino Vieira a Aristides Pereira. A missão foi imediatamente efectuada, tendo ocorrido no dia 6 do mesmo mês.

O porta-voz da missão, Paulo Jorge, de regresso a Angola declarou:

“Tivemos o melhor acolhimento por parte do Conselho da Revolução nas várias sessões de trabalho que realizamos”¹⁸⁴.

Mas a tensão política entre Bissau e a Praia prolongou-se no tempo. Até que, em Julho de 1982, em Maputo, Samora Machel conseguiu o restabelecimento de relações diplomáticas entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

O clima político em Bissau foi entrando, pouco a pouco, num estado deteriorado, de tal ordem que Nino Vieira passou à fase dos saneamentos, especialmente desde 1983. Mas foi em Março de 1984 que afastou o seu vice-Presidente, Victor Saúde Maria, acusado de promover divisões no seio do Poder. E, em Maio do mesmo ano, a Constituição foi alterada, tendo acabado o Conselho da Revolução, ressurgindo o Conselho de Estado.

Mantendo-se, embora, um regime de partido único, que ditava a política no governo do país, os seus dirigentes tinham uma perícia espantosa para se liquidarem uns aos outros. Foi assim em 1985, quando saiu gorado um novo golpe de Estado, liderado por Paulo Correia, vice-Presidente do Conselho de Estado, e pelo ex-chefe das Forças Armadas, general João da Silva. O destino de Paulo Correia foi a condenação à morte, tendo sido executado em Julho de 1986.

Com referências negativas por parte das organizações internacionais dos direitos humanos, o regime de Nino Vieira não se livrou de acusações quanto ao seu modelo ditatorial despótico, de corrupção e enriquecimento desmesurado.

Se é verdade que um dos fundamentos do golpe de 14 de Novembro de 1980 seria o desenvolvimento económico e social do país, em contraponto ao projecto de investimentos públicos projectados por Luís Cabral, que foi acusado de megalomania e irrealista, o certo é que, nove anos depois, continuavam as dificuldades económicas, falta de recursos e infra-estruturas, o que favorecia uma acentuada instabilidade política.

¹⁸⁴ Notícia da ANOP, transcrita no «Diário de Notícias» da Madeira, 07/12/1980

A situação económico-financeira era tão grave que foi necessário recorrer a ajuda externa. Para este efeito, em Novembro de 1983 teve lugar uma reunião em Lisboa, liderada por Portugal, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) tendo em vista estudar a melhor forma de ajudar a Guiné-Bissau a sair do estado em que se encontrava. Dessa reunião saiu a promessa de uma ajuda de 15 milhões de dólares, que representavam 60 por cento do empréstimo considerado absolutamente necessário.

O Governo de Bissau, com auxílio de técnicos estrangeiros, viu-se obrigado a propor o «primeiro programa de estabilização económica para os anos de 1983/84», como forma de dar algumas garantias de financiamento externo. Segundo aquele programa “a taxa de alfabetização não ultrapassa os 15 por cento – mais de 50 por cento da população não atingiu ainda os 19 anos – o equipamento escolar é insuficiente e o ensino é deficiente. Grande número de crianças deixa a escola antes de terminar os estudos”¹⁸⁵.

Na entrevista ao jornal português «Expresso», de 7 de Janeiro de 1984, Nino Vieira afirmou que, depois do 14 de Novembro de 1980, “Nunca mais houve fuzilamentos, nem prisões arbitrárias. Neste momento, não há, na Guiné-Bissau, um único preso político, quando antes havia prisões arbitrárias, torturas e fuzilamentos”.

A democracia e a sociedade aberta, que Nino Vieira diz ter implantado com o golpe de 14 de Novembro de 1980, tem muito que se diga. Pouco a pouco, a política é ajustada à falta de opiniões livres quanto à prática governativa. No início de Março de 1987, Nino fez uma remodelação no Governo. Vasco Cabral é afastado da pasta da Justiça, e Ângelo Regala da Secretaria de Estado da Informação.

Na edição do dia 7 de Março de 1987, o referido jornal «EXPRESSO», numa notícia intitulada “Polícia Política aumenta poder em Bissau”, refere:

“Actualmente na Guiné-Bissau assiste-se a um reforço do papel da polícia política e do seu papel determinante na condução dos negócios do Estado.

Passageiros que desembarquem em Bissau vindos de Lisboa são prolongadamente revistados e é-lhes confiscada toda a correspondência que levem consigo. Todas as cartas são depois lidas pelos serviços de segurança que só as entregam após a sua violação. O mesmo aconteceu recentemente aos jornais: passageiro que levasse jornais de Lisboa ficava sem eles”.

Em 1989 realizaram-se eleições para os órgãos regionais, com a situação política, económica e social num mal-estar cada vez mais acentuado, sendo ainda o PAIGC o partido único do regime.

No ano seguinte, dezasseis anos após a instalação efectiva do PAIGC no Poder em Bissau, Nino Vieira pareceu entender que o regime de partido único está ultrapassado. Começou por libertar 22 detidos que teriam estado implicados no falhado golpe de 1985. No entanto, a permissão para a legalização de partidos políticos demorava a chegar.

Não faltaram tentativas de políticos da oposição a Nino Vieira de tudo fazerem para criar e serem reconhecidos legalmente outros partidos para além do PAIGC. Mas este partido do regime foi inicialmente avesso à abertura do regime de partido único ao modelo aberto ao pluripartidarismo.

¹⁸⁵ Jornal «EXPRESSO», 07/01/1984

Em 12 de Março de 1990, o Movimento Bafatá (Resistência Nacional da Guiné-Bissau) propôs ao Governo e ao PAIGC a abertura de negociações políticas, em país neutro, no sentido de criar condições para a democratização política. Também pretendia uma plataforma de entendimento onde ficassem consagrados alguns objectivos, tais como:

- a abolição do monopólio do partido único sobre o Estado e a sociedade;
- a abolição da pena de morte e reconhecimento, consagração e protecção do direito à vida;
- a despartidarização das forças armadas e a desmilitarização dos partidos políticos;
- a formação de um governo provisório, cuja missão fundamental, entre outras, consistirá em assegurar um período de transição preparatório da plena implantação da democracia, assim como preparar a realização de eleições gerais, disputadas em condições de liberdade, segurança e igualdade, para a designação de uma assembleia constituinte, incumbida de uma nova constituição política, em bases democráticas, pluralistas e humanistas¹⁸⁶.

O proponente do entendimento teria sido informado de que Nino Vieira recebeu o documento. Só que pô-lo em prática é que foi impossível. Pelo contrário. Quando o Presidente Nino inaugurou uma estrada entre São Vicente (Norte da Guiné-Bissau) a M'Pack (Senegal) – estrada apoiada financeiramente pela CEE e pelo Governo Italiano - fez um discurso em que salientou ainda mais o sentimento de manter o seu regime bastante fechado, ao afirmar:

“Quem vem à Guiné-Bissau para criar confusão confundi-lo-emos ainda mais (...) caberá, de certo, ao povo decidir se o PAIGC deverá ou não continuar a ser a força política dirigente da sociedade”¹⁸⁷.

A resistência de Nino Vieira à democratização do país fazia com que aumentasse significativamente o poder de contestação de forças políticas em formação, bem como alguns sectores das Forças Armadas. Só que o Presidente Nino tinha do seu lado uma poderosa organização – os Serviços Secretos Militares – e também a «policia política» que estava interessada na reeleição de Nino Vieira. Esta policia política era de tal forma importante por ter um grande número de efectivos que era superior ao do Exército.

O congresso extraordinário do PAIGC e a revisão da Constituição de 1991 permitiram uma certa abertura do regime, levando à legalização de partidos políticos, há anos instituídos e outros entretanto em formação, mas cuja acção política era executada como se estivessem na clandestinidade: não podiam concorrer às eleições para deputados à Assembleia Nacional Popular, nem para os órgãos regionais, nem muito menos para Presidente da República.

De qualquer forma, esta revisão permitiu, nomeadamente com a revogação do artigo 4º, a muito custo e de forma ténue, ao PAIGC passar a admitir a legalização de outros partidos com vista a poderem concorrer a eleições, pese embora mantendo-se o artigo 71º que obrigava os membros do Governo, no acto da sua posse, a jurarem fidelidade ao PAIGC.

Não é de negar que o ano de 1991 constituiu um novo passo político, um marco no início da democratização, seguindo-se outras práticas de abertura do regime. Mas o

¹⁸⁶ Diário de Notícias», de Lisboa, 08/06/1990

¹⁸⁷ Idem.

tempo foi longo até 1994, ano em que tiveram lugar as primeiras eleições verdadeiramente democráticas, tendo participado vários partidos e tivessem concorrido várias figuras ao cargo de Presidente da República.

Apesar do sinal de abertura do regime, reinava a instabilidade política mesmo no seio do PAIGC que, de 15 a 20 de Dezembro de 1991, realizou o seu V Congresso, cerca de sete anos depois de ter tido lugar o IV Congresso.

António Nhaga, num trabalho publicado¹⁸⁸, refere que “A uma semana do congresso do PAIGC no poder na Guiné-Bissau, «mere vira na cambança» - deu-se uma reviravolta na Tabanca do «Nino» Vieira e a ala renovadora, «grupo dos 121», decidiu convocar para os dias 7, 8 e 9 uma conferência nacional de quadros, em alternativa ao V Congresso Ordinário, que classificam de «farsa».

Na assembleia da capital guineense o «grupo dos 121» acusa a actual direcção do PAIGC de inflexibilidade, falta de vontade para o diálogo no seio do partido, cujas consequências serão desastrosas também para o país”.

Mais adiante refere:

“O PAIGC, que descobriu recentemente a social-democracia, prepara-se para levar o barco a bom porto, segundo um documento que irá apresentar no Congresso (...) e se intitula «A estratégia do PAIGC para a década de 90».

Trata-se de um documento constituído por duas partes: a primeira dedicada aos «fundamentos políticos e ideológicos»; a segunda, ao «desenvolvimento económico e social». Com este documento, o PAIGC pôs de parte o socialismo científico, por ter verificado ser irrealista a sua filosofia política defendida ao longo dos anos da sua existência.

Mas não deixou de ser curiosa a medida tomada na legalização de alguns partidos da oposição, horas antes da partida de Nino Vieira para a «Cimeira Franco-Africana». Ao que pareceu na altura foi o facto de estar na mente do Presidente mostrar à opinião pública internacional que, afinal, o PAIGC defendia um novo paradigma político baseado no multipartidarismo e, por via disso, uma acentuada viragem para um regime verdadeiramente democrático. Tanto mais que, pouco a pouco, a censura deixou de funcionar, embora surgissem, aqui e ali, grandes dificuldades dos opositores nas suas acções políticas.

Foram apenas três os partidos inicialmente legalizados, quase em simultâneo¹⁸⁹:

- «Frente Democrática» (FD), liderada por Aristides Meneses;
- «Partido da Convergência Democrática» (PCD), liderado por Vitor Mandinga;
- «Resistência Nacional da Guiné – Movimento Bafatá» (RGB-MB), liderado por Domingos Fernandes Gomes, tendo apresentado 4.158 assinaturas no Supremo Tribunal de Justiça de Bissau.

Apesar de terem sido legalizados somente aqueles partidos, o certo é que existiam outros, mas certamente não tinham o processo em condições de o apresentar no Supremo Tribunal. Existiam ou surgiram outros partidos, tais como:

¹⁸⁸ «Diário de Notícias», de Lisboa, 6 de Dezembro de 1991.

¹⁸⁹ Para legalizar um partido político eram necessárias 1.000 assinaturas.

- «Frente Democrática Social» (FDS), liderada por Rafael Barbosa, que resultou da coligação da «Frente Democrática para a Recuperação e Desenvolvimento da Guiné-Bissau» (FDRG) com a «Frente de Libertação Nacional da Guiné» (FLING);
- «Partido da União Social Democrata» (PUSD), liderado por Vitor Saúde Maria;
- «Partido Democrático do Progresso» (PDP), liderado por Amine Michel Saad;
- «Organização Anti-Neocolonialismo na Guiné-Bissau (OANG);
- «Forum Cívico Guineense» - Social-Democrata, liderado por Antonieta Rosa Gomes;
- «Partido para a Renovação e Desenvolvimento» (PRD);
- «Partido da Renovação Social» (PRS), liderado por Koumba Yalá.

Apesar da legalização de partidos políticos, não foi de ânimo leve que o PAIGC geriu a transição para o regime democrático. Em várias zonas do interior do país houve retaliações e obstáculos às forças políticas da oposição na sua intervenção em acções políticas.

Por outro lado, os partidos da oposição tiveram muita dificuldade em ter acesso aos órgãos de comunicação social regular (televisão, rádio e imprensa), que pertencem ao Estado. Só de quando em vez fizeram sair um ou outro semanário, mas sem regularidade, o que não garantiu uma opinião firme de oposição ao regime instalado.

Entretanto, o tempo foi passando sem que se realizassem eleições, que chegaram a estar previstas para Novembro de 1991. Só que, se o PAIGC pretendia aquele mês, os partidos da oposição, ou pelo menos alguns, achavam cedo de mais porque precisavam de mais tempo para se organizarem.

Mas também não era menos estranho que, no final do ano de 1992, a Guiné-Bissau não tinha lei eleitoral, nem muito menos tinha feito o recenseamento eleitoral e não estava sequer definido o calendário de todo o processo para a realização de eleições livres.

Período do «Regime do Multipartidarismo», 1994 a 2009.

As primeiras eleições livres, 3 de Julho de 1994 - Finalmente chegou o 3 de Julho de 1994, dia em que se realizaram as primeiras eleições livres, quer para deputados à Assembleia Nacional Popular, quer para Presidente da República - vinte anos depois de o PAIGC ter-se efectivamente instalado em Bissau para governar o novo país.

Resolvida a questão do recenseamento, foram recenseados cerca de 400.000 eleitores num total de um milhão de habitantes. Foram instaladas pela Comissão Nacional de Eleições mais de 1.600 mesas de voto, tendo sido promovida uma campanha de esclarecimento à população quanto ao modo de votar por voto secreto.

Concorreram oito partidos políticos para elegerem deputados para a Assembleia Nacional Popular. Para a Presidência da República apresentaram-se os seguintes oito candidatos:

- 1) João Bernardo Vieira (Nino) – apoiado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC);
- 2) Carlos Domingos Gomes – apoiado pelo Partido da Convergência Democrática (PCD);
- 3) Domingos Fernandes Gomes – apoiado pela Resistência Nacional da Guiné – Movimento Bafatá (RGB-MB);

- 4) François Kankoila Mendy – apoiado pela Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING);
- 5) Vítor Saúde Maria – apoiado pelo Partido da União Social Democrata (PUSD);
- 6) Antonieta Rosa Gomes – apoiado pelo «Forum Cívico Guineense» - Social-Democrata;
- 7) Koumba Yalá – apoiado pelo Partido da Renovação Social (PRS);
- 8) Bubacar Djaló – apoiado pela União para a Mudança (UM), uma coligação de seis partidos.

Como seria de esperar, a temperatura política foi muito alta ao longo do tempo que decorreu a campanha eleitoral. Por parte dos partidos da oposição ao PAIGC, no poder, não faltaram acusações de corrupção e enriquecimento de poucos face à pobreza generalizada por todo o país.



Domingos Fernandes
Da resistência da Guiné-Bissau, Movimento Bafatá (1994)

Bubacar Djaló – União para a Mudança (1994)

No dia das eleições houve problemas nas mesas de voto por falta dos documentos necessários para o seu efectivo funcionamento.

Depois da votação e do tempo excessivo que levou para contar os votos, passou-se à fase das acusações da existência de fraude eleitoral. Os partidos da oposição, especialmente o Movimento Bafatá, reivindicavam vitória eleitoral. Mas, contados os votos, o PAIGC obteve a maioria dos 100 deputados na Assembleia Nacional Popular, cujo resultado foi o seguinte:

PAIGC, 62 deputados; Movimento Bafatá, 19; PRS, 12; UM, 6; FLING, 1.

Nino Vieira-(1994)

1º voto livre



Koumba Yalá



Relativamente aos resultados para Presidente da República, os dois candidatos mais votados foram Nino Vieira e Koumba Yalá. Mas nenhum deles teve maioria absoluta, o que motivou ter havido segunda volta, no dia 7 de Agosto.

O processo eleitoral foi concluído com a vitória de Nino Vieira por uma margem de 12.000 votos, face ao segundo candidato.

Crises políticas, Golpes de Estado e Governos sucessivos - Mas o ano de 1994 não foi o fim da crise política. Passados sete meses da posse do Governo, liderado pelo secretário-geral do PAIGC, Manuel Saturnino Costa, o Presidente Nino Vieira viu-se obrigado a remodelar o Governo por razões que se prendiam com a falta de abastecimento de géneros alimentícios à população.

Em Agosto de 1995, eram escassas as reservas alimentares. O preço do arroz importado – principal fonte de alimentação – era vendido a preços incomportáveis para o bolso da maioria da população.

O tempo passava sem que a economia e as finanças fossem suficientes para resolver os problemas sociais das populações. Nem mesmo os apoios dados no âmbito da cooperação internacional chegavam para resolver os graves problemas existentes.

Em Maio de 1997, tiveram lugar manifestações e greves contra o Governo, por parte de enfermeiros, professores, estudantes e bancários. A agitação social não ocorreu somente em Bissau mas estendeu-se a Bafatá e a outras localidades.

Nino Vieira decidiu destituir o Governo de Saturnino da Costa, em Junho daquele ano, nomeando Carlos Correia para Primeiro-Ministro, fazendo a vontade das bases do PAIGC e dos partidos da oposição.

Sensivelmente um ano depois, em 7 de Junho de 1998, Nino Vieira destituiu o brigadeiro Ansumane Mané do cargo que tinha no CEMGFA. O que antes se passou teria sido uma tentativa de assassinio de ambos os lados, o que motivou seguidamente uma intensa rebelião com características de guerra civil. Mas algumas das razões da revolta de Ansumane Mané teriam sido os baixos salários nas Forças Armadas, a desorganização, a corrupção e a perda de estatuto dos «Combatentes da liberdade», que combateram contra o domínio colonial de Portugal, para além de alegado tráfico de armas.

A crise foi de tal ordem que Nino Vieira, para manter-se no poder, pediu auxílio ao Senegal que enviou tropas para defenderem o Presidente e chegou a atacar civis guineenses em Ingoré (Norte da Guiné-Bissau). A Guiné-Comacri também acabou por auxiliar Nino Vieira.



Ansumane Mané

A destruição de muitas zonas e muitos mortos foram inevitáveis, face às ofensivas de um lado e contra-ofensivas do outro. A entrada de militares do Senegal teria sido desfavorável para Nino Vieira que, aos poucos, foi perdendo apoios, incluindo dos deputados da Assembleia Nacional Popular. “Não faltaram cenas macabras, como a exibição de crânios de um tenente-coronel senegalês e de um capitão da Guiné Conacri. Parte da população abandonou a capital do país, sem

destino certo, levando consigo os seus parques bens¹⁹⁰. Nem a guerra colonial pareceu ser tão cruel!

Acabou por haver um acordo de cessar-fogo e remodelação do Governo, que foi violado algumas horas depois. A crise político-militar em todo o território foi de tal maneira grave que milhares de pessoas refugiaram-se no Senegal (Casamansa e Ziguinchor – esta última localidade foi a base principal de apoio do PAIGC, aquando da guerra contra o colonialismo de Portugal).

Nem as negociações de paz, sob o patrocínio da Comunidade de Estados para o Desenvolvimento Económico da África Ocidental, tiveram efeito imediato no conflito entre Nino Vieira e Ansumane Mané.

Sempre que um ex-guerrilheiro do PAIGC, que teve responsabilidades importantes na guerrilha, era entrevistado por um órgão de comunicação social, fazia declarações bombásticas de denúncia das intrigas no interior do partido, quer ocorridas durante a luta pela independência, quer depois dela. Foi o que aconteceu com Ansumane Mané¹⁹¹, quando um jornalista da revista do jornal português «Expresso» lhe fez um extenso rol de perguntas, às quais respondeu e foram publicadas no dia 14/11/1998:

“Conheci o Amílcar Cabral em 1964. Naquela altura, o Nino não tinha muito boas relações com o Amílcar Cabral. Aliás, durante os anos de luta armada, ele teve vários problemas com alguns dirigentes do partido – como, por exemplo o João Tomás, que era muito chegado ao Cabral. O Amílcar Cabral tentou muitas vezes desligar-me do Nino. Nos últimos tempos, tenho recordado tudo aquilo que o Cabral me disse do Nino - e tinha razão”.



Junta Militar na Base de Bissalanca
(ao lado de Ansumane Mané está Veríssimo Seabra, Zamora Induta e Mercíades Fernandes
In revista Expresso, 21/11/1998

Ansumane Mané revelou que foi o autor do planeamento e decisão do Golpe de 14 de Novembro de 1980:

“Quando o Nino veio de Cuba, foi nomeado primeiro-ministro. Foi para o enganar a ele e a nós todos. Os militares aconselharam-no: “«Já chegou o momento de tomar medidas». Mas ele respondia sempre: «Não. Vamos esperar». É que o Nino é um covarde! Ele agora diz muitas coisas, diz que fez isto e aquilo, mas é mentira...”.

¹⁹⁰ Revista «VISÃO», 5/11/1998.

¹⁹¹ Ansumane Mané, nasceu na Gâmbia, em 1945. Neto de avós naturais da Guiné-Bissau, que emigraram para a Gâmbia no século XIX, durante a guerra da islamização, conhecida como a guerra da Cansalá. Da etnia Mandinga, muçulmano, veio para a Guiné-Bissau em 1959 e, em 1961, integrou o grupo que foi mobilizado para treinos com vista à luta de guerrilha. Em 1962, aderiu ao PAIGC. No dia 30 de Novembro de 2000, com a patente de general, foi assassinado, ao que parece por militares afectos ao Governo de Koumba Yalá. Em Maio de 2004, o jornal «Diário de Bissau», propriedade do jornalista João de Barros, deu a notícia que Ansumane Mané tinha uma conta bancária, secreta, de 18 milhões de dólares, aberta numa dependência do Cytibank, na capital da Costa do Marfim (in Diário de Notícias, Madeira, 30/05/2004).

E continuou: “Falei com o Nino e disse-lhe: «É hoje mesmo que vamos fazer o golpe. Agora mesmo (...)» Cada um foi fardar-se e buscar a sua arma – que era naturalmente uma AK. Pouco depois, vi o Nino parado, com a mão na boca, a dizer que estava doente e que não podia fazer nada (...) todos os que foram membros do Conselho da Revolução não tiveram nada a ver com o 14 de Novembro”.

Ansumane Mané que, durante o tempo da guerrilha foi grande amigo e segurança pessoal de Nino Vieira, acabou por reconhecer que se enganou quanto a este:

“Se eu soubesse que o Nino ia conduzir a nossa terra da forma como o fez... Acho que o Luís Cabral é superior ao Nino milhares de vezes. O Luís Cabral teve um defeito (...) ora, depois da independência, continuou a matar gente, tanto pides, como comandos africanos que tinham estado com os portugueses (...)”.

No início do mês de Fevereiro de 1999, regressou a guerra às ruas de Bissau, com morteiros a serem utilizados em bombardeamentos sobre a capital. Até então, foram mortos cerca de 200 civis e centenas de feridos, que encheram o Hospital Simão Mendes.

Só em Abril de 1999 é que as tropas estrangeiras saíram da Guiné-Bissau. Naquela altura, Nino Vieira e Ansumane Mané assinaram mais um acordo de paz, com o compromisso da realização de eleições e a formação de um Governo provisório. Mas ao fim de um dia, novos combates voltaram a ensombrar a capital, tendo as tropas de Ansumane Mané ocupado o Palácio presidencial e outras zonas de Bissau, incluindo o aeroporto de Bissalanca, e apreendido armamento aos soldados senegaleses. Foi o fim do acordo e a fuga do Presidente Nino Vieira que se refugiou na Embaixada de Portugal, em Bissau. Depois exilou-se em Portugal, onde esteve alguns anos até voltar à Guiné-Bissau. O asilo político, com estatuto de refugiado, foi concedido pelo Governo português no dia 17 de Agosto daquele ano de 1999.

Com a saída de Nino Vieira, ficou como Presidente da República até às eleições o ex-Presidente da Assembleia Nacional Popular, Malan Bacai Sanhá, e como Primeiro-Ministro, Francisco Fadul.

Em Julho de 1999, foi tornado público um documento contendo cerca de 16 nomes de pessoas ligadas ao ex-Presidente Nino Vieira, suspeitas de estarem implicadas no tráfico de armas. Face a tal denúncia, o novo poder político, baseado na Junta Militar, bem como outros guineenses, queriam que eles e o Nino Vieira fossem julgados por tal tráfico.

Por outro lado, o Ministério Público controlou um processo em que eram visados antigos membros do Governo, que viviam em casas do Estado. Seriam compulsivamente desalojados. Mas também os bens de Nino Vieira foram congelados, nomeadamente 17 casas em Bissau que estavam em seu nome.

Já depois de exilado, Nino Vieira foi acusado de um crime por homicídio de um português:

“Nino Vieira vai responder pela morte de um português. A Guiné-Bissau manda terça-feira a Cunha Rodrigues o processo em que o ex-presidente é acusado de ter mandado matar Jorge Quadros, seu antigo assessor de imagem”¹⁹².

Com eleições gerais em perspectiva, alguns partidos realizaram os seus congressos, tendo em vista a reorganização interna e para orientarem as suas acções políticas futuras.

Foi o que aconteceu com o partido «Resistência da Guiné-Bissau, Movimento Bafatá» que, na sua assembleia magna, realizada nos dias 27 e 28 de Agosto de 1999, elegeu Hélder Vaz Lopes para presidente¹⁹³.

Em Setembro, o PAIGC elegeu Francisco Benante como Presidente, que era ministro do Governo. O novo líder pretendeu fazer do PAIGC um partido democrático, à semelhança da linha de pensamento do fundador Amílcar Cabral. O congresso aprovou as linhas de orientação para as eleições que se iriam realizar, procedeu a alterações aos estatutos, mas também expulsou sete militantes que foram considerados afectos a Nino Vieira, ligados à guerra civil do mês de Junho de 1998/1999.

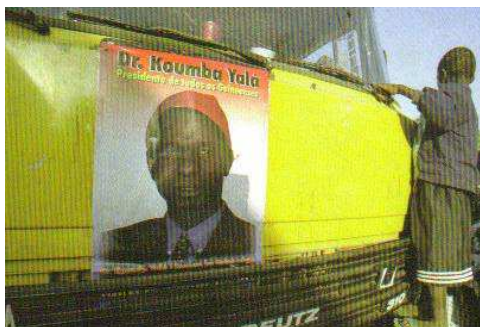
Eleições de 28 de Novembro de 1999 - Depois de actualizado o recenseamento eleitoral¹⁹⁴, as eleições de deputados para a Assembleia Nacional Popular e para Presidente foram finalmente marcadas para o dia 28 de Novembro daquele ano de 1999. O impasse político determinou um recuo do apoio financeiro de alguns países que aguardavam com expectativa o resultado eleitoral. Este atraso nos apoios vem em mau momento em que a Guiné-Bissau atravessava as suas maiores dificuldades financeiras de sempre e precisava de mais auxílio.

Tanto mais que o Governo de unidade nacional teve de despender muito dinheiro para a campanha eleitoral de 13 partidos concorrentes às eleições para deputados e 12 candidatos a Presidente da República.

O Partido da Renovação Social (PRS), fundado em 1992 por Koumba Yalá, ganhou as legislativas e as presidenciais, derrotando o PAIGC e o seu candidato Malam Bacai Sanhá. Os votos obtidos por Koumba Yalá nas presidenciais (125.796, equivalente a 36%, contra 82.504 votos obtidos por Malam Bacai Sanha) obrigaram a realização de uma segunda volta entre ambos, nos primeiros dias de Dezembro, voltando a sair vencedor o líder do PRS, tendo tomado posse como Presidente da República em Fevereiro de 2000.

Cartaz do Dr. Koumba Yalá
na campanha eleitoral das
eleições presidenciais e legislativas
de 28/11/1999

(In revista «VISÃO», 07/12/2000)



¹⁹² Jornal «O Independente», 03/09/1999.

¹⁹³ Concorreram duas listas, lideradas: uma por Salvador Tchongó, que era vice-presidente do partido e deputado na Assembleia Nacional Popular; a outra, liderada por Helder Vaz, que era o líder parlamentar na Assembleia Nacional.

¹⁹⁴ No final de 1999, residiam em Portugal 12.894 cidadãos guineenses legalizados e 5.308 pedidos de autorização de residência.

O novo Governo teve a participação de militantes de outras forças políticas, como foi o caso de Hélder Vaz, líder do Movimento Bafatá, que foi Ministro da Economia e Desenvolvimento Regional.

Ansumane Mané, principal responsável da Junta Militar que colocou Nino Vieira fora da cena política, não fez parte da estrutura militar após as últimas eleições. Mas o Governo pretendeu atribuir-lhe um estatuto condigno convidando-o para fazer parte de uma comissão encarregada do complexo problema dos independentistas da região de Casamansa, integrada no Senegal. Só que não teria aceite tal cargo.

Com as eleições de 28 de Novembro de 1999, o ambiente político na Guiné-Bissau parecia seguir sem conflitos, pese embora a existência de partidos perdedores das eleições. Os conflitos no interior das Forças Armadas continuaram, mantendo-se viva a instabilidade político-militar.

Outra acha para a fogueira foi o facto de, no dia 30 de Novembro de 2000, o general Ansumane Mané ter sido assassinado, ao que parece por tropas afectos ao Governo, depois de, na semana anterior, ter assumido a chefia das Forças Armadas, mas ter entrado em confronto com Koumba Yalá e com muitos dos seus antigos camaradas da Junta Militar.

As tensões étnicas e religiosas tornaram-se consequências inevitáveis. Também o descontentamento no seio das Forças Armadas, nomeadamente próximo da fronteira com o Senegal, fazia aumentar a instabilidade do país. Mas o próprio líder do Movimento Bafatá, que deixou de ser Ministro, com a remodelação do Governo, acabou por desentender-se com Koumba Yalá, acusando este de mais não ter feito senão descredibilizar e desestabilizar o país e de ter desmotivado os empresários a investirem.

De passagem pela Região Autónoma da Madeira, Hélder Vaz afirmou:

“Eu, enquanto Ministro da Economia do anterior governo, mantive um relacionamento excelente com o FMI e o Banco Mundial (BM). Infelizmente, após a minha saída esse clima deteriorou-se e, em consequência disso, tanto o FMI como BM optaram por suspender a aplicação de um programa de desenvolvimento económico durante quatro meses. Se na data limite não tiverem sido cumpridos certos requisitos, o programa não será reactivado”¹⁹⁵.

Pouco a pouco, Koumba Yalá e o seu Governo, liderado por Faustino Embali, foram sendo acusados de corrupção e de desviarem fundos de ajudas internacionais.

“A gravidade das acusações referidas nesse relatório¹⁹⁶, que alegadamente envolvem a Presidência da República e altos quadros civis e militares do Estado, faz pairar novamente o espectro da suspensão das ajudas internacionais, assim como contribuiu para minar a confiança dos investidores. Agora está em causa o sumiço de 885 milhões de francos guineenses (CFA), cerca de 270 mil contos ao câmbio oficial médio do Banco de Portugal de 0,30563 escudos”.

¹⁹⁵ «Tribuna da Madeira», 15/06/2001.

¹⁹⁶ «Relatório parlamentar confidencial que arrasa a gestão e os mecanismos de controlo das finanças públicas do executivo de Bissau» – (revista «VISÃO» 6/9/2001)

Outra crítica ao estado económico e social a que a Guiné-Bissau chegou foi feita por Francisco Fadul, primeiro-ministro durante o Governo de transição de 1998 – que, em Novembro de 2001 fundou um novo partido, o PDC – Partido para o Desenvolvimento e Cidadania: “Se eu fosse empresário não investia na Guiné-Bissau”.

Com tanta instabilidade política e corrupção à mistura, Koumba Yalá anunciou, no dia 14 de Novembro de 2002, que iria dissolver a Assembleia Nacional Popular, alegadamente por rumores de pretendem retirar poderes ao Presidente pela via de uma revisão constitucional¹⁹⁷, mas também acusando o Governo de corrupção. Efectivamente, não tardou para que novas eleições estivessem previstas para o dia 20 de Abril de 2003, depois para 6 de Julho e ainda para 12 de Outubro. Mas, em 14 de Setembro, dá-se um golpe de Estado que depôs Koumba Yalá. As eleições acabaram por realizar-se apenas no dia 28 de Março de 2004.

.O sucessivo adiamento das eleições e o golpe de Estado criaram mais um período conturbado, aproveitado pelos partidos políticos para alguns meses de campanha eleitoral. O líder do Movimento Bafatá anunciou que se ganhar as eleições iria abrir um inquérito à morte de Ansumane Mané. “Vou exigir ao Presidente Kumba lalá que dê explicações e peça desculpas ao país. O brigadeiro pode ter cometido erros. Não está provado que ele tenha sido morto em combate e nada justifica que as pessoas sejam liquidadas sem que seja em situação de guerra. Isto é um crime e naturalmente os crimes não devem continuar a ser impunes”¹⁹⁸.

Por sua vez, Amine Saad, líder do partido União para a Mudança (UM), elegeu a corrupção o principal tema da sua campanha eleitoral, dizendo que “Kumba lalá gere o país como uma taberna”. Pretendia que Portugal fosse mediador para resolver a instabilidade na Guiné-Bissau.

Também afirmou que “A sociedade guineense tenta e funciona tendo por base a lei, enquanto o poder político age fora da lei. Dissolve o Parlamento, não se respeitam prazos para convocação de eleições, não há Orçamento de Estado há três anos, não se sabe como são geridos os dinheiros públicos (...) são tantas as asneiras que seria bem mais fácil um camião de adjetivos”¹⁹⁹.

O golpe de Estado do dia 14 de Setembro de 2003, que depôs Koumba Yalá, foi liderado pelo general Veríssimo Correia Seabra²⁰⁰, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, que tinha sido nomeado pelo próprio Koumba Yalá. O objectivo do golpe foi restaurar a ordem constitucional e a democracia. O Comité Militar constituído para gerir o país após o golpe era composto por 32 elementos, de entre oficiais no activo e ex-combatentes do PAIGC. Esta alteração à ordem constitucional ocorreu precisamente na altura em que o povo se preparava para eleições, previstas para o dia 12 de Outubro seguinte, que acabaram por não se realizar.

Apesar de ser Veríssimo Seabra o homem forte do golpe, à frente do Comité Militar, foi depois nomeado Presidente interino Henrique Rosa, até à realização das eleições.

¹⁹⁷ A Assembleia Nacional Popular, onde o PRS tem maioria relativa, procedeu, em 2001, a uma revisão constitucional, mas Koumba Yalá não tinha, em Novembro de 2002, procedido à sua promulgação.

¹⁹⁸ Entrevista de Hélder Vaz, líder do Movimento Bafatá, ao jornal «Público», 01/02/2003.

¹⁹⁹ Jornal «Euronotícias», 29/08/2003.

²⁰⁰ Veríssimo Correia Seabra, de etnia Papel, participou em todos os principais factos políticos ocorridos na Guiné-Bissau: Chefe da Presidência da República no mandato de Nino Vieira, após 1980; colaborou com Ansumane Mané no derrube de Nino Vieira, em 1998; em 2000, com Ansumane Mané fora da chefia do golpe e das Forças Armadas, Veríssimo Seabra foi promovido por Koumba Yalá que acabou por ser deposto por aquele.

Koumba Yalá acabou por renunciar ao mandato, comprometendo-se a não se candidatar a cargos políticos até 2008.

Eleições de 28 de Março de 2004 - Sensivelmente trinta anos depois da independência (18 dos quais com um partido único – o PAIGC), o dia 28 de Março de 2004 marcou mais uma etapa da vida da Guiné-Bissau com a realização das tão desejadas eleições, na tentativa de colocar a normalidade democrática num país rico em instabilidade política, mas carente de meios económico-sociais.

A antiga colónia portuguesa era, em 2004, um país com uma dívida externa de difícil pagamento, por falta de meios financeiros, só superáveis com uma ajuda internacional forte; com salários em atraso na Função Pública; com uma indústria deficiente; as infra-estruturas principais foram destruídas pela guerra civil entre 1998 e 1999; o serviço de saúde incapaz de resolver pelo menos os problemas básicos das populações dos centros urbanos e das Tabancas das zonas mais recônditas do território; as escolas estiveram paralisadas longo tempo; falta de bens alimentares e uma economia totalmente desmantelada e desregularizada; os recursos pesqueiros guineenses foram e estavam a ser lapidados pelos pescadores senegaleses, por falta de meios de fiscalização das águas territoriais.

“Já há crise na província do Ôio, um dos celeiros do país. É nesta situação muito difícil, com cerca de nove mil famílias afectadas na região, que as eleições estão a ser preparadas. Há partidos que dão arroz e dinheiro para comprar votos”²⁰¹.

Existiam 25 partidos inscritos num país com apenas cerca de 1.200.000 habitantes. Destes, 740.457 são eleitores inscritos nos cadernos eleitorais.

Alguns partidos fizeram coligações pré-eleitorais, como foi o caso da «Plataforma Unida», liderada pelo dissidente histórico do Movimento Bafatá, Hélder Vaz. O Movimento Bafatá, nesta altura, era dirigido por Salvador Tchongó, o PUSD continuava com o seu fundador Francisco Fadul que aparecia como principal opositor a Carlos Gomes Júnior do PAIGC, o PRS tinha o tradicional líder Koumba Yalá.

As eleições foram acompanhadas por observadores internacionais. Só a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) enviou 32 observadores.

Saiu vencedor o PAIGC e, em segundo lugar, ficou o PRS de Koumba Yalá. Henrique Rosa foi eleito Presidente da República, tendo sido nomeado Primeiro-Ministro o líder do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, que tomou posse em Maio daquele ano de 2004.

A vida política na Guiné-Bissau parecia voltar, finalmente, à normalidade. Mas, sete meses depois, no dia 6 de Outubro, dá-se uma insurreição militar, chefiada pelo general Tagmé Na Waié e pelo almirante Bubo Na Tchuto, à frente de um grupo de 400 militares que, na madrugada daquele dia, tomou de assalto a capital e matou o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Veríssimo Seabra, e o porta-voz daquele órgão, coronel Domingos Ramos.

A intentona teve como fundamento questões internas nas Forças Armadas. Um diferendo entre chefias militares, nomeadamente de natureza salarial. O Presidente da República e o Governo mantiveram-se em funções, mas a normalidade política ficou afectada, levando a uma instabilidade acentuada de tal maneira que motivou a realização de novas eleições que tiveram lugar a 19 de Junho de 2005.

²⁰¹ Samba Seck, coordenador da Swissaid em Bissau, revista «VISÃO», 25/03/2004.

Entretanto, a 16 de Abril de 2005, o Primeiro-Ministro, fez a primeira remodelação governamental depois da tomada de posse em Maio de 2004. Carlos Gomes Júnior, pressionado pelos partidos da oposição, afastou o Ministro do Interior, Lassana Seidi que foi substituído por Mumine Embaló, tendo mudado o nome do Ministério do Interior para Ministério da Administração Interna. Esta remodelação foi aproveitada para dividir o Ministério da Economia e Finanças em dois ministérios, passando o Executivo a ter 18 ministérios, mais dois do que o anterior, e 6 Secretarias de Estado, em vez de sete no anterior Governo.

Com mais umas eleições em preparação, a situação política deteriorou-se a partir de 15 de Maio, pelo facto de Koumba Yalá se ter proclamado Presidente da República. Com a intentona de 6 de Outubro de 2004, Koumba Yalá prometeu candidatar-se às novas eleições, pedindo ao Tribunal Regional de Bissau a impugnação da Carta de Transição Política, onde constava o seu impedimento de candidatar-se até 2008. Compromisso por si assumido aquando da sua renúncia em 2003. E se não fosse autorizado a candidatar-se, tomaria o poder pela força. Segundo ele, “Não há nada que possa impedir a recandidatura. Não existe o mínimo obstáculo. Falo como jurista e conheço as leis”²⁰².

Eleições de 19 de Junho de 2005 - Entretanto, no início de Abril de 2005, Nino Vieira regressou à Guiné-Bissau, após sete anos de exílio em Portugal. E no PAIGC, por decisão do Comité Central, em 7 de Maio daquele ano, deu-se a suspensão de 37 membros por defenderem a candidatura de Nino Vieira às eleições que se realizariam a 19 de Junho, defesa que era contrária à candidatura oficial do partido, Malam Bacai Sanhá. De entre os suspensos estavam Aristides Gomes que era primeiro vice-presidente do partido e deputado, e Aristides Ocante, deputado e líder da Comissão Parlamentar para a Gestão e Prevenção de Conflitos.

Para o líder do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, “A decisão tomada pelos membros do Comité Central é justa, uma vez que a instabilidade criada pelos contestatários, todos assumidamente fiéis a Nino Vieira já vem de longe e tem sido sistemática”²⁰³.

Com as eleições legislativas e presidenciais marcadas para o dia 19 de Junho de 2005, a Guiné-Bissau entrou num período de agitação política, própria de um período daquela natureza, em que sistematicamente tem estado. Pois elegeria mais um presidente da sua história, através de eleições, e com duas particularidades:

- A primeira pelo facto de o Supremo Tribunal de Justiça ter autorizado a candidatura presidencial de Nino Vieira e de Koumba Yalá;
- A segunda, por Nino Vieira candidatar-se como independente, em concorrência com o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá.

Foi fértil o número de candidatos a presidente da República e de partidos que, inicialmente, apresentaram a sua candidatura. Apresentaram-se, na primeira fase, 21 candidatos, mas só 17 foram aprovados pelo Supremo Tribunal de Justiça. Depois de várias desistências, somente 13 figuraram no boletim de voto.

Os candidatos que mais peso tinham no eleitorado guineense eram Malam Bacai Sanhá (PAIGC), Francisco Fadul (PUSD), Koumba Yalá (PRS) e Nino Vieira (independente). Outros candidatos, como sejam Ibraima Sow (líder do Partido do Progresso), e Empossa lé (independente) não tinham expressão eleitoral.

Durante a campanha eleitoral não faltaram as tradicionais posições contundentes dos partidos da oposição ao PAIGC no poder. O candidato deste partido prometeu que se

²⁰² Jornal «Independente», 15/04/2005.

²⁰³ «Diário de Notícias», Madeira, 08/05/2005.

fosse eleito faria uma “reconciliação com Nino Vieira e com Koumba Yalá. Este, de cariz populista e reivindicando ter direito a voltar ao cargo de Presidente para cumprir o resto do mandato, a que tinha renunciado em Setembro de 2003, tentou com manifestações voltar à presidência, pela força de manifestações que criaram grande instabilidade em Bissau. Esperava, no entanto, o voto da sua etnia Balanta para regressar ao poder. Nino Vieira, recém-chegado do exílio em Portugal, tinha muitos adeptos no seio do PAIGC, não só os que foram expulsos pelo Comité Central, mas também no meio de muita população em geral.

O resultado eleitoral determinou o PAIGC o partido mais votado para eleger deputados e também para Presidente. Mas como Malam Bacai Sanhá, com 158.276 votos (35,4%), não obteve maioria absoluta, houve lugar a uma segunda volta contra Nino Vieira que obteve 128.918 votos (28,8%). Em terceiro lugar ficou Koumba Yalá com 111.606 votos, ficando em quarto, Francisco Fadul.

Apesar de marcada a segunda volta das eleições presidenciais para o dia 24 de Julho, o que entretanto aconteceu foi alguma violência em Bissau. Com a intervenção da Polícia de Ordem Pública (POP), ocorreram três mortos, entre os apoiantes de Koumba Yalá, cujo partido não reconheceu os resultados, e alguns feridos.

O certo é que Koumba Yalá, embora convencido que tinha ganho as eleições, acabou por aceitar a derrota e, por estranho que pareça, apoiou e mandou os seus eleitores votar em Nino Vieira na segunda volta, pela garantia que este dá para a “salvaguarda dos superiores interesses do país (...) Perante os candidatos que se me apresentam, o general João Bernardo “Nino” Vieira representa o símbolo da construção do Estado e da unidade nacional e aquele que me garante ser um acérrimo e fiel defensor da independência nacional”²⁰⁴. Este apoio serviu para Nino Vieira nomear membros do Governo afectos àquele.

No decurso da campanha eleitoral para a segunda volta, Malam Bacai Sanhá desafiou Nino Vieira para um debate público na televisão e nas rádios²⁰⁵. Posição que foi defendida pela Comissão Nacional de Eleições que até indicou que o dia para tal debate poderia ser o dia 22, último dia de campanha eleitoral. É evidente que Nino Vieira não se sujeitou a tal proposta, o que não deixaria de ser interessante ver dois velhos camaradas num confronto de ideias e ambos com um currículo político de velhos combatentes pela libertação do país do poder colonial.

O resultado da segunda foi favorável a Nino Vieira que ganhou com 216.167 (52,35%) contra 196.759 (47,65%) para Malam Bacai Sanhá, num universo de 538.471 eleitores. Os resultados divulgados pela Comissão Nacional de Eleições foram contestados por Malam Bacai Sanhá alegando fraude e pretendendo a recontagem dos votos nas regiões de Bissau e Biombo, mas não obteve vencimento da sua contestação, mantendo-se vencedor Nino Vieira., de etnia Papel e de religião animista, em vez daquele que é de etnia Mandinga e de religião muçulmana.

Na declaração de vitória, Nino Vieira prometeu trabalhar com todo o povo guineense e fazer o país seguir “rumo à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento. Não há vencedores nem vencidos. A partir de hoje, somos todos guineenses. O povo é o verdadeiro vencedor das eleições e, por isso, apelo para que me ajudem a trabalhar para o desenvolvimento do nosso país”.

²⁰⁴ Jornal «Público», 03/07/2005.

²⁰⁵ O debate a realizar seria transmitido em cadeia pela Televisão da Guiné-Bissau (estatal) e Rádio Difusão Nacional (estatal) e Pindjiguiti e Bombolom FM, estas duas estações privadas.

Hélder Proença, mandatário da candidatura do vencedor, disse, quando soube dos resultados:

“A eleição de “Nino” Vieira é a vitória da paz, da estabilidade e da concórdia entre todos os guineenses, foram os atributos que ele elegeu durante toda a sua campanha eleitoral”²⁰⁶.

Apesar de o PAIGC ser a partido mais votado, mas sem maioria absoluta, o seu candidato à presidência perdeu para o seu opositor Nino Vieira, agora como independente. Havia que restabelecer a vida interna do partido, o que levou os dirigentes a marcarem um congresso extraordinário para os dias 28 a 30 de Outubro, não para eleger órgãos partidários, mas para acertar e repor a estabilidade interna. Como partido mais votado, o PAIGC manteve Carlos Gomes Júnior como Primeiro-Ministro. Mas a promessa de Nino Vieira pretender trabalhar com todo o povo, começou a ter limitações quanto aos membros do Governo, liderado por Carlos Gomes Júnior. Na tomada de posse do Conselho de Estado, no dia 20 de Outubro de 2005, Nino fez um discurso contundente às políticas do Governo, sendo mesmo o primeiro sinal claro e inequívoco de uma esperada medida de exoneração deste. Foi o que aconteceu, oito dias depois. No dia 28, o Governo foi demitido, alegadamente por haver “crispação das relações entre os órgãos de soberania, nomeadamente entre o Governo e alguns serviços sensíveis e básicos do Estado”. Mais alegou que o Governo não foi capaz de sanear as finanças públicas, o quadro macroeconómico e a existência de extrema pobreza no país.

A exoneração do Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior, levou a polícia às ruas de Bissau para manter a segurança nos edifícios onde funcionavam os serviços públicos e, também, para evitar desordens, como era normal em casos conflituosos entre estruturas do Estado.

No dia 30 de Outubro, o Presidente começou a ouvir os partidos tendo em vista a nomeação de novo Governo, recaindo, depois, a nomeação em Aristides Gomes como Primeiro-Ministro. Aristides Gomes tinha sido um dos 37 membros do PAIGC expulsos pelo Comité Central, em 7 de Maio de 2005, por ter defendido a candidatura de Nino Vieira às eleições de 19 de Junho, contrária à candidatura oficial do partido.

Não compreendendo a demissão do Governo, em Novembro o PAIGC impugnou junto do Supremo Tribunal de Justiça o decreto de Nino Vieira que nomeou Aristides Gomes para primeiro-ministro. Mas, no dia 25 de Janeiro de 2006, o Supremo Tribunal de Justiça deu razão ao Presidente da República, por ser improcedente a impugnação pretendida pelo PAIGC.

Com mais uma nova fase da recorrente instabilidade política ultrapassada, tudo indicava que as diversas instituições públicas viriam a funcionar sem incidentes e a pacificação política passaria a ser a regra. Mas, seis meses após as eleições, as Forças Armadas concluíram um processo de expulsão dos militares que participaram activamente na campanha eleitoral das presidenciais de Junho de 2005.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas era, agora, o general Tagmé Na Waié que, em 6 de Outubro de 2004, tinha liderado a insurreição militar com um grupo de 400 militares. Num discurso que proferiu em Mansoa, no final do mês de Fevereiro de 2006, durante as cerimónias evocativas do primeiro aniversário de um

²⁰⁶ «Diário de Notícias»-Madeira, 11/08/2005.

processo de reconciliação por ele encetado a nível das forças de Defesa e Segurança, disse:

“Seja ele marechal ou um simples soldado das nossas forças de Defesa e Segurança, aqueles que se envolveram na campanha política nas últimas eleições vão ser expulsos. Isso vai acontecer nos próximos dias. A nossa política é cuidar da nossa preparação combativa, mas nas nossas casernas”²⁰⁷.

Outro facto explosivo aconteceu no dia 12 de Agosto daquele ano de 2006, quando o Ministro da Justiça, Namuano Gomes Dias, num discurso por ocasião das cerimónias do 15º aniversário da criação da Liga Guineense dos Direitos Humanos, acusou os sindicatos e comerciantes de violarem os direitos humanos, afirmando:

“A Liga devia identificar novos violadores dos Direitos Humanos na nossa sociedade. Quando os sindicatos paralisam hospitais com as suas greves morrem pessoas, quando os professores paralisam o ano lectivo, os alunos ficam privados do direito à educação, e os comerciantes quando sobem preços de forma arbitrária, proibem os cidadãos de comprar coisas. Isso tudo constitui violação dos direitos dos cidadãos”. A este discurso, que mais não foi do que o não reconhecimento do direito à greve por parte dos trabalhadores – próprio dos regimes totalitários – respondeu o secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), Desejado Lima da Costa, nos seguintes termos:

“As palavras do Ministro da Justiça são graves e atentatórias ao direito e liberdade sindical no nosso país (...) há indícios de corrupção na acção do Governo. Há fome no país, há situações de salários em atraso, mas o ministro não fala de nada disso, prefere insultar os sindicatos”²⁰⁸.

Relativamente aos Direitos Humanos na Guiné-Bissau – tão defendidos pelo Ministro da Justiça -, as autoridades governamentais foram acusadas, em 31 de Agosto de 2006, pelo presidente da Associação Guineense de Solidariedade para com as Vítimas de Erro Judicial (AGSOVEJ), Mário Sá Gomes, de estar detida, há quatro meses, uma dezena de militares, sem culpa formada, na Base Aérea, em Bissau, afirmando:

“Estão detidos sem culpa formada, num regime incompatível com as normas nacionais e internacionais dos Direitos Humanos, vai para mais de 170 dias, o que viola, de forma grosseira o artigo 161º do Código de Processo Penal guineense. Estão detidos três majores, quatro sargentos e um sapador do exército guineense, além de quatro civis presos no âmbito das operações militares, levadas a cabo em Abril passado, pelas Forças Armadas contra os rebeldes senegaleses da região de Casamança”²⁰⁹.

Os militares e civis detidos foram considerados afectos aos independentistas senegaleses e foram detidos durante uma “operação de limpeza” que o Exército guineense efectuou na região de São Domingos, no Norte do território que faz fronteira com o Senegal.

Estava em preparação o III Congresso do Partido da Renovação Social (PRS), mas com Koumba Yalá ausente, há um ano, em Marrocos. Entretanto, no final de Outubro de 2006, regressou à Guiné-Bissau para disputar a liderança. Mas, a par das questões

²⁰⁷ «Diário de Notícias», Madeira, 27/02/2006.

²⁰⁸ Idem, 13/08/2006.

²⁰⁹ Idem, 01/09/2006.

internas do partido que fundou, uma das primeiras coisas que fez foi criticar o Governo, liderado por Aristides Gomes. Logo depois, seguiram-se graves desentendimentos com Nino Vieira que acabou por demitir o Ministro do Interior, Ernesto de Carvalho, afecto a Koumba Yalá. Após o seu regresso ao país, afirmou:

“O Governo de Aristides Gomes não tem legitimidade institucional nem capacidade para negociar quaisquer acordos”.

Referia-se a uma reunião que teria lugar em Genebra para a concessão de apoios financeiros à Guiné-Bissau por parte de doadores internacionais.

O certo é que Koumba Yalá ganhou o congresso da segunda maior força política guineense, sendo reeleito presidente, no dia 12 de Novembro, por 479 dos 690 delegados²¹⁰, mas perdeu um ministro, porquanto Nino Vieira, no dia 26 de Novembro, demitiu o Ministro do Interior, sob proposta do Primeiro-Ministro que passou a acumular as funções daquele.

Poucos dias depois de ter exonerado o Ministro do Interior, Nino Vieira, no dia 29 do mesmo mês de Novembro, exonerou o presidente do Tribunal de Contas, Alfredo Nunes, nomeando para o lugar deste, Sertório Biote, um dos antigos e fiel apoiante de Koumba Yalá. O Presidente da República não justificou no decreto da exoneração as razões da substituição de Alfredo Nunes que tinha sido nomeado para aquele cargo, em 15 de Janeiro de 2004, pelo anterior Presidente da República interino, Henrique Rosa.

A estabilidade política durou pouco tempo, porque, no início de Janeiro de 2007, foi assassinado, por desconhecidos, o ex-Chefe do Estado-Maior da Armada, Lamine Sanhá, que foi apoiante e um dos braços direitos de Ansumane Mané. Como resultado desta morte, um grande grupo de jovens queimou a casa, em construção no Bairro Militar, do presidente Nino Vieira. Um jovem disse à agência noticiosa portuguesa LUSA: “Lamine Sanhá é um combatente da liberdade da pátria não merecia esta morte tão estranha”.

As contestações não se limitaram ao caso do assassinato de Lamine Sanhá. Nova instabilidade colocou as organizações civis em receio permanente de voltar a guerra civil à capital. Acusaram Nino Vieira de falta de diálogo e de, em vez de reconciliar, perseguir as pessoas. No início de Fevereiro, o PAIGC denunciou a existência de “esquadrões da morte” e circulavam notícias em Bissau acerca de uma lista de pessoas a abater. Criou-se um estado de medo, impedindo as pessoas de criticarem o Poder político.

A situação acalmou, pelo menos aparentemente, com a celebração de um Acordo de Estabilidade Governativa e Parlamentar, para vigorar até às eleições de 2008, mas determinava a substituição do Primeiro-Ministro, Aristides Gomes. O Acordo, assinado no dia 12 de Março de 2007, num hotel em Bissau, pelos três principais partidos, PAIGC, PRS e PUSD, era um compromisso para dez anos. Se assim acontecesse, seria um facto político inédito que fugia à regra da rapidez com que os governos se sucediam. O certo é que o Governo de Aristides Gomes durou apenas 15 meses, apesar de ter resultado de apoiantes da eleição de Nino Vieira, abrangendo o PRS, o

²¹⁰ A votação no Congresso para líder do PRS foi a seguinte: Koumba Yalá, 66,71%, Alberto Nambeia, 21,58%, Sola N'Quilin, 11,61% e Braima Sori Djaló desistiu a favor de Koumba Yalá. Para o cargo de Secretário-Geral foi reeleito Augusto Poquena.

Os vencidos, liderados por Sola N'Quilin, recorreram para o Tribunal Regional de Bissau que, no início de Julho de 2007, decidiu que “formalmente e à luz dos estatutos do partido, Koumba Yalá não era delegado ao congresso”. Desta decisão houve recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

PUSD e dissidentes do PAIGC, que em conjunto detinham 97 dos 102 deputados na Assembleia Nacional Popular.

Com este acordo, o PAIGC e o PRS deveriam indicar 40% dos 20 ministros e 9 Secretários de Estado, enquanto o PUSD ficaria com 17%.

Apesar de Nino Vieira pretender manter Aristides Gomes, o Parlamento aprovou, no dia 19 de Março de 2007, uma moção de censura ao Governo, o que obrigou, nos termos constitucionais, o Presidente da República a nomear outro Primeiro-Ministro, cargo que recaiu em Martinho N`Dafa Cabi, que tomou posse no mês de Abril.

Com alguns incidentes políticos a marcar a agenda das instituições guineenses, motivados pelo tráfico de droga que assolou a Guiné-Bissau, surgiram rumores, no final do mês de Julho de 2008, em Bissau, que o vice-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, coronel Papa Câmara tinha sido notificado para interrogatório. E, nos primeiros dias de Agosto daquele ano, Nino Vieira suspendeu o Chefe do Estado-Maior da Armada, José Américo Bubo Na Tchuto, também por alegado envolvimento em tráfico de droga, apesar de, antes da suspensão, o ter advertido do seu comportamento. Só que Bubo Na Tchuto, não aceitou o conselho e tentou desencadear uma tentativa de golpe de Estado, cujo plano foi descoberto e desmantelado pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Batista Tagme Na Waye.

Antes destes últimos incidentes, estando já previstas eleições gerais e presidenciais para 16 de Novembro de 2008, tinha sido nomeado novo Primeiro-Ministro, Carlos Correia que, antes de formar governo, foi apanhado pelos acontecimentos da exoneração de Bubo Na Tchuto que se refugiou na Gâmbia, bem como pelos casos graves de narcotráfico no país. Apesar disso, Carlos Correia acabou por apresentar a lista completa dos 21 ministérios e 7 secretarias de Estado, cujos nomes foram anunciados no dia 8 de Agosto, tendo tomado posse no dia seguinte no Governo de gestão até às eleições.

Com o novo governo pronto para preparar as eleições, Koumba Yalá lançou severas críticas ao Governo e ao Presidente Nino Vieira, afirmando:

“O Presidente Nino Vieira tem intenção de destruir o PRS e conseqüentemente a pessoa do seu líder Kumba Ialá. A constituição deste Governo visa, fundamentalmente, desestabilizar o país e adiar as eleições legislativas”²¹¹.

Eleições de 16 de Novembro de 2008 – a estas eleições apresentaram-se 21 partidos. Mas o Supremo Tribunal de Justiça anulou a inscrição de 4, tais como:

- a Resistência da Guiné-Bissau, mais conhecido pelo Movimento Bafatá;
- o Fórum Cívico Guineense Social-Democracia;
- a Frente Democrática Social;
- o Partido para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza.

A estas eleições concorreram dois partidos, criados recentemente, como sejam:

- o Partido Centro Democrático, dirigido por Paulino Impossa Ié;
- o Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento (PRID), dirigido por Aristides Gomes.

²¹¹ «Diário de Notícias», Lisboa, 17/08/2008.

A campanha eleitoral foi dominada pelo tema do tráfico de droga, especialmente pelos partidos da oposição, porquanto era considerado um dos graves flagelos do país, a par dos restantes problemas sociais, económicos e financeiros.

Houve uma grande afluência às urnas, numa adesão que rondou os 70 a 80%, dos cerca de 600.000 eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, obtendo o PAIGC, de Carlos Gomes Júnior, uma vitória retumbante, com maioria de dois terços, elegendo 67 dos 100 deputados no Parlamento. O PRS, de Koumba Yalá, ficou em segundo lugar, com 28 deputados. Em terceiro lugar ficou o Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento (PRID), com 3 deputados.

Para Presidente da República, os guineenses elegeram, mais uma vez, Nino Vieira que foi apoiado PRID. Era a segunda vez que Nino Vieira não era apoiado pelo PAIGC.

Tentativa de golpe de Estado, 23/11/2008 - Ainda decorria o rescaldo das eleições quando Nino Vieira denunciou, no dia 23 de Novembro, uma tentativa de golpe, com um ataque à sua residência, por volta das três horas da madrugada. Mais tarde, houve tiros na caserna estratégica em Mansoa. Na troca de tiros junto à residência de Nino Vieira houve um morto (guarda presidencial) e vários feridos, tendo ficado destruída parte da sua residência e viaturas, devido ao intenso tiroteio.

“Um grupo de militares liderado pelo sargento Intchame Yalá (fuzileiro da Marinha de Guerra Nacional), atacou na madrugada de ontem a residência do Presidente da República, Nino Vieira, com o objectivo de o assassinar. A intenção não se concretizou (...) o tiroteio entre os militares e os guardas da Presidência durou duas horas e fez a população, em particular de Bissau, entrar em pânico”²¹².

Foram detidos suspeitos de envolvimento no golpe. Depois de uma manifestação pelas ruas de Bissau, exigindo que os militares deixem de intrometer-se em questões políticas, a cidade voltou à normalidade, embora ficassem vedados os acessos à Rua de Angola, onde mora Nino Vieira.

Para além da morte e dos feridos, aquela tentativa de golpe de Estado não teve outras consequências políticas graves. Os resultados das eleições foram respeitados e, por isso, o Presidente reeleito desenvolveu todos os passos adequados para a formação de novo Governo, cuja tomada de posse teve lugar em Janeiro de 2009.

Assassinatos em Março de 2009 - Decorridos apenas três meses após as eleições de Novembro de 2008, o pior aconteceu quando, ao princípio da noite do dia 1 de Março de 2009, uma potente bomba matou o general Tagmé Na Waié, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, tendo também havido grandes estragos no edifício onde estava instalado o Estado-Maior.



General Tagmé Na Waié
Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Mas a propensão dos militares para se eliminarem uns aos outros levou a que, na madrugada do dia 2 daquele mesmo mês, fosse feito um ataque à casa do Presidente da República, General Nino Vieira, que foi assassinado e a sua casa destruída e pilhada.

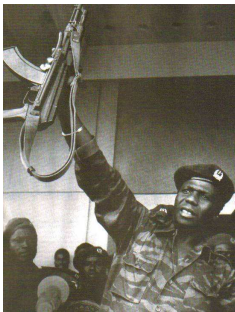
²¹² Idem, 24/11/2008.

As notícias veiculadas pela comunicação social demonstram bem a forma horrenda dos assassinatos. Fala-se em ajuste de contas como móbil do assassinio de Nino Vieira, e que as relações entre este e o Chefe do Estado-Maior eram tensas há muito tempo.

Quartel do Estado-Maior destruído pela bomba que matou o general Tagmé Na Waié



O general Tagmé Na Waié fez parte da Junta Militar de Ansumane Mané, que, após a guerra civil de 1998/1999, levou Nino Vieira a exilar-se em Portugal. E, juntamente com o almirante Bubo Na Tchuto, Tagmé foi o principal mentor de uma rebelião militar ocorrida na madrugada do dia 6 de Outubro de 2004, quando, à frente de um grupo de 400 militares, tomou de assalto a capital matando, precisamente, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da altura, o General Veríssimo Seabra, e o porta-voz daquele órgão, coronel Domingos Ramos. É caso para recordar o provérbio “quem com ferro mata, com ferro morre”, num país, cujos dirigentes militares estiveram sempre de costas voltadas e sem capacidade de diálogo para dirimirem os conflitos. Pelo contrário, a solução foi e é o sucessivo assassinio.



No fundo, o que aconteceu a Nino Vieira, em Março de 2009, foi uma réplica fatal do que tinha acontecido logo após as eleições de Novembro de 2008: uma tentativa de golpe, com um ataque à sua residência, por volta das três horas da madrugada, tendo havido intenso tiroteio que motivou a morte de um segurança do Presidente, bem como vários feridos e a destruição de parte da sua residência e viaturas.

O facto das Forças Armadas não terem intervindo na sequência da morte do Presidente da República e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, a situação política voltou à normalidade, o que facilitou a imediata tomada de posse do substituto de Nino Vieira, o Presidente da Assembleia Nacional Popular, Dr.Raimundo Pereira, advogado e político considerado moderado, cuja posse ocorreu no dia 3 do mesmo mês. O Presidente da República interino exerce funções até à realização de novas eleições presidenciais, num prazo curto de dois ou três meses.

Na tomada de posse o Presidente da República salientou:

“É preciso reflectir sobre o processo de maturação democrática”, saudando também o “herói que é o povo guineense pela forma como tem augentado o sofrimento e sacrificio das últimas três décadas”.

Organização da Unidade Africana (OUA) ou União Africana (UA) – O dia 25 de Maio de 1963 é um marco histórico para a África, por ter sido criada a OUA pela carta de Addis Abeba. Representantes de 30 países independentes africanos reuniram-se naquela cidade, capital da Etiópia, cujo imperador era Hailé Selassié. Apenas não participaram naquela reunião alguns países que, por razões políticas, não tinham motivações plausíveis para participarem. Estão neste caso Marrocos, o Togo e a República da África do Sul, assim como, naturalmente, as colónias portuguesas e inglesas da região da África Austral.

Os objectivos da OUA eram, por um lado, reforçar a unidade dos países africanos e, por outro, apoiar, sob várias formas, as colónias que lutavam pela independência, face aos países colonizadores e, ainda, resolver outros problemas que se colocavam aos membros da organização.

Várias foram as vezes que a OUA apoiou a luta armada do PAIGC, assim como tomou posições firmes contra a colonização portuguesa nas diferentes províncias ultramarinas.

Apesar do idealismo existente na OUA quanto à união dos países, o certo é que a tarefa foi dificultada pela existência de regimes totalitários em alguns países.

O «Dia da Libertação de África, decretado pela ONU em 25 de Maio de 1972, nasceu tendo por base a luta pela libertação das colónias portuguesas.

Em 9 de Julho de 2002, em Durban (África do Sul), 39 anos após a criação da OUA, esta transformou-se em Unidade Africana (UA), com objectivos diferentes, uma vez que já não se colocavam as questões do colonialismo e do Apartheid sul-africano. Para a nova UA estavam em causa uma nova forma de encarar os problemas que se colocavam aos povos africanos, na defesa dos valores do Homem e da democracia, na paz, o desenvolvimento sustentado e colaborar com outras organizações internacionais que defendessem os mesmos princípios. E ainda teve em mente a criação de um banco central e uma moeda única²¹³.

Em 2007, a UA tinha 53 membros, tendo realizado, no início de Julho daquele ano, a IX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Accra. Nesta cimeira foi abordada a questão de criar os Estado Unidos de África e de um governo único da União. Assim também, a X Cimeira, realizada em Addis Abeba, tratou de vários problemas, de entre eles a violência no Quênia.

Com a presidência portuguesa da União Europeia, realizou-se em Lisboa, nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2007, uma cimeira EU/UA. Foi um frente a frente entre representantes de 500 milhões de europeus e 940 milhões de africanos.

Na cimeira falou-se da defesa dos direitos humanos, da pobreza e do desenvolvimento económico-social da África.

No final do encontro, a União Europeia comprometeu-se a conceder uma ajuda a 30 países africanos, no valor de oito mil milhões de euros, por um período de cinco anos. De entre os países beneficiários está a Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

²¹³ A organização União Africana (UA) adoptou uma organização muito semelhante à União Europeia: uma Assembleia, onde têm assento os Chefes de Estado e de Governo dos países membros; um Conselho Executivo; um Comité de Representantes Permanentes, ao nível de embaixadores; uma Comissão; um Conselho de Segurança e Paz.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Em Julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, foi constituída a CPLP como uma organização internacional tendo em vista intensificar o reforço e a cooperação entre os sete países fundadores que falam a língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe). Com a independência de Timor Leste, a CPLP passou a constituir oito países.



Cerimónia constitutiva da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, no Centro Cultural de Belém.
Nascida com 7 países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé).
Passou para 8 países com a independência de Timor.
In «Visão», 20/08/2008.

No dia 26 de Março de 2007, foi assinado em Lisboa um protocolo relativo ao estabelecimento da sede da CPLP, em Lisboa. Nino Vieira da Guiné-Bissau esteve presente no acto de constituição da CPLP. Mas, dois anos depois, a organização teve de tomar uma posição no sentido de resolver a grave crise política quando Ansumane Mané promoveu uma revolta militar que esteve na origem do exílio de Nino Vieira em Portugal.

Na Cimeira, realizada na cidade da Praia (Cabo Verde) no dia 17 de Julho de 1998, a CPLP condenou a rebelião militar na Guiné-Bissau e anunciou a criação de um Grupo de Contacto, a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, destinado a encontrar as vias diplomáticas para pôr fim ao conflito.

Desde a sua constituição até ao ano de 2009, realizaram-se sete Cimeiras da CPLP, para além de algumas reuniões a outros níveis. Em todas elas foram analisados muitos problemas, não só políticos – como assistir aos actos eleitorais em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau, e cimentar a democracia, – mas também no âmbito do incremento da língua portuguesa nos diversos Estados, o Acordo Ortográfico, criação de um espaço lusófono de Ensino Superior, questões económicas e sociais.

A VI Cimeira teve lugar em Bissau, entre 15 e 17 de Julho de 2006, tendo sido anunciado um compromisso de cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, preconizados pela Organização das Nações Unidas.

Também naquela cidade teve lugar, em 11 e 12 de Fevereiro de 2008, a XI Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP.

Na VII Cimeira, realizada em Lisboa nos dias 23 a 26 de Julho de 2008, Portugal propôs criar uma rede de escolas e bibliotecas em todos os países da CPLP, assim como uma Televisão na Net gerida em conjunto e, ainda, o estatuto do cidadão lusófono.

Um dos objectivos da CPLP, desde 2006, foi criar um Banco Multilateral de Desenvolvimento, tendo em vista assegurar a avaliação e assistência técnica adequada de programas e projectos de desenvolvimento, a mobilização de investimento privado e o financiamento de projectos.

Em Agosto de 2007, estavam em vigor cinco Acordos relacionados com a concessão de Vistos e Permanência e de Curta Duração de cidadãos dos Estados da CPLP; instalação de Balcões específicos nos Postos de Entrada e Saída para atendimento dos cidadãos da CPLP; isenção de taxas e emolumentos devidos à emissão e renovação de Autorizações de residência; concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico dos cidadãos da CPLP.

No plano social, a CPLP promoveu medidas de combate à Malária, à exploração do trabalho Infantil e à pobreza rural, bem como a criação de um fundo especial da CPLP para a saúde.

Neste último sector, foram aprovadas, no dia 20 de Setembro de 2008, pelos Ministros da Saúde da CPLP, reunidos no Brasil, as bases do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde 2009-2012, contendo matérias como formação, informação de saúde, investigação, vigilância de epidemias, socorro em emergências e desastres naturais. Outra reunião ficou prevista para realizar-se em Portugal, em Abril de 2009.



População nas ruas de Bissau, Março 2009

Entretanto, com o assassinato do general Tagmé Na Waié, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, no dia 1 de Março de 2009, bem como do Presidente da República, Nino Vieira, no dia seguinte, dirigentes da CPLP deslocaram-se a Bissau para apoiarem o Governo, liderado por Carlos Gomes Júnior, no sentido de apoiarem a Guiné-Bissau a sair de mais esta crise política.

Cronologia dos factos mais importantes da Guiné-Bissau

DATA	FACTOS
1454	Bula do Papa Nicolau V ratifica as conquistas africanas do Cabo NÃO até às costas da Guiné.
1456	Diogo Gomes chega ao estuário do rio Geba
1469	A Coroa arrenda o comércio da Guiné ao mercador Fernão Gomes
1624	Fundação da Capitania de Cacheu
1692	Fundação da Capitania de Bissau, depois extinta em 1708
1834	No reinado de D. Maria II dá-se a unificação administrativa na Guiné, com a criação da Comarca com sede em Bissau
1879	A Guiné adquire autonomia administrativa, desligando-se de Cabo Verde, sendo a capital transferida para Bolama
1886	
12 de Maio	Convenção Luso-francesa que definiu as fronteiras da Guiné
1926	
28 de Maio	Revolução militar em Portugal, que pôs fim à I República e abriu caminho para o Estado Novo de Salazar
1930	
8 de Julho	Aprovado o Acto Colonial
1956	
19 de Setembro	Fundação do PAIGC por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral
1963	
23 de Janeiro	Início da luta armada em Tite
25 de Maio	Criação da Organização da Unidade Africana (OUA), que, em 9 de Julho de 2002, em Durban (África do Sul), transformou-se em Unidade Africana (UA)
1964	
13 a 16 de Fevereiro	I Congresso do PAIGC, realizado na Base de Cassaca, Quetáfine
1973	
20 de Janeiro	Amílcar Cabral é assassinado em Conacri
24 de Setembro	Declaração unilateral da Independência pela I Assembleia Nacional Popular, reunida em Madina do Boé
1974	
10 de Setembro	Reconhecimento por Portugal da independência da Guiné-Bissau, proclamada em 24 de Setembro de 1973
1975	
11 de Junho	Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau
1980	
14 de Novembro	Golpe de Estado, levado a cabo por Nino Vieira, que depôs Luís Cabral
1994	
3 de Julho	Primeiras eleições legislativas e presidenciais pluripartidárias na Guiné-Bissau, com a vitória do PAIGC
7 de Agosto	Segunda volta das eleições presidenciais, com a vitória de Nino Vieira
1996	
Julho	Constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em que participou Nino Vieira
1999	
17 de Agosto	Portugal concede asilo político a Nino Vieira, com estatuto de refugiado, após a guerra civil, iniciada em Junho de 1998 por Ansumane Mané
28 de Novembro	Eleições legislativas, com a vitória do PRS, e presidenciais
7 de Dezembro	Segunda volta das eleições presidenciais, com a vitória de Koumba Yalá
2000	
30 de Novembro	Assassinato do general Ansumane Mané, por desconhecidos
2003	
14 de Setembro	Golpe de Estado, liderado pelo general Veríssimo Correia Seabra, que depôs Koumba Yalá
2004	
28 de Março	Eleições legislativas e presidenciais. O PAIGC venceu as eleições e Henrique Rosa foi eleito Presidente da República
2005	
Abril	regresso de Nino Vieira à Guiné-Bissau para candidatar-se às eleições de 19 de Junho
19 de Junho	Eleições legislativas e presidenciais. O PAIGC foi o partido mais votado. Nino Vieira foi eleito Presidente da República, como independente e não apoiado pelo PAIGC
2008	
16 de Novembro	Eleições legislativas e presidenciais. O PAIGC ganhou as eleições. Nino Vieira foi reeleito Presidente da República, apoiado pelo Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento (PRID)
2009	
1 de Março	General Tagmé Na Waié, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, foi assassinado com bomba que destruiu parte do edifício do Estado-Maior
2 de Março	Presidente da República, João Bernardo Vieira (Nino) foi assassinado na sua residência, com destruição desta.
	Eleições presidenciais na sequência da morte de Nino Vieira

Conclusão – Foram onze anos de luta armada em defesa da independência. Uma vez conquistada, a Guiné-Bissau passou por graves convulsões políticas. Desde então, os Presidentes da República, efectivos e interinos, e os cerca de onze Primeiro-Ministros que lideraram os Governos, sucederam-se, quase sempre pela via ou como consequência de golpes de Estado, sem ter em conta as intencionalidades e golpes falhados.



«Candongas» - meio de transporte tradicional na Guiné-Bissau (os candongueiros exploram os preços dos bilhetes) In revista Expresso 4/7/1998

Decorridos 35 anos de independência, com o poder político nas mãos dos guineenses, em 20 dos quais a Guiné-Bissau foi governada num sistema de partido único. Nem por isso o novo país progrediu social, económica e financeiramente. Ainda hoje são graves as distorções sociais e económicas. As zonas mais recônditas continuam à margem das mínimas condições de sobrevivência e do progresso urbano das cidades e vilas. Tudo porque os políticos coloniais e nacionalistas sempre defenderam o povo e tinham ideais, cada qual na sua perspectiva, mas que não foram postos em prática. Não passou de pura razão teórica! Faltou a concretização do desenvolvimento efectivo para benefício das populações, tantas vezes, em vão, invocadas.

Tudo quanto ficou dito constitui o essencial de um longo percurso histórico da terra que é hoje um país soberano, internacionalmente reconhecido, depois de muitos séculos de colonização, de acordo com regras que foram ditadas pelos defensores do colonialismo. Foi a História, feita por homens, que ditou tal desiderato!

Muito ficou por dizer. Julgo, no entanto, que ir para além do razoavelmente aceite num trabalho desta natureza, poderia o mesmo tornar-se impertinente. Até porque o mesmo destina-se primeiramente a ser integrado na página da Internet da CART 1525. Depois, se se proporcionar e for oportuno, fica em aberto a hipótese de ser transformado em livro.

Pretendi apenas chegar, tanto quanto for possível, ao povo guineense, a quem este trabalho é, sinceramente, dedicado.

Veremos se e como será possível juntar o prazer de elaborar este trabalho e fazê-lo chegar ao seu legítimo destinatário.

